

DICIONÁRIO DE SABERES & POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**VERBETES DE SABERES, VIVÊNCIAS, CONCEITOS & CONTEXTOS
AMAZÔNICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE GRUPOS DE
PESQUISAS E ESTUDOS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED,
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**

1ª Edição

JOSÉ CARLOS MARTINS CARDOSO

**ICED/UFPA
BELÉM – PARÁ
2018/2019**

**DICIONÁRIO DE SABERES
& POLÍTICAS EDUCACIONAIS**
**VERBETES DE SABERES, VIVÊNCIAS,
CONCEITOS & CONTEXTOS AMAZÔNICOS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE
GRUPOS DE PESQUISAS E ESTUDOS INSTITUTO
DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP -

CARDOSO, José Carlos Martins (Org.); JESUS, Jorge Antônio Lima;
MONTEIRO, Mariana Rodrigues.

DICIONÁRIO DE SABERES & POLÍTICAS EDUCACIONAIS
VERBETES DE SABERES, VIVÊNCIAS, CONCEITOS & CONTEXTOS
AMAZÔNICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE GRUPOS
DE PESQUISAS E ESTUDOS INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. ICED - UFPA. – 2018/2019. Trabalho
Resultado do Projeto de Pesquisa e Monitoria do Programa Institucional de
Bolsa de Monitoria – PIBEX/2018, da Universidade Federal do Pará, Belém-
PA: Ed. Appris, 2018. ISBN físico: 978-65-5523-533-3 e ISBN Digital: 978-65-
5523-531-9

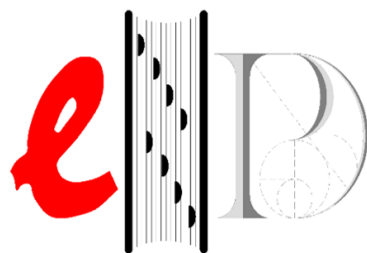
Bolsistas: Jorge Antônio Lima de Jesus

Mariana Rodrigues Monteiro

64 fls.

Bibliografia

1. Políticas Públicas Educacionais. 2. Ciência da Educação. 3.
Pedagogia.
4. Grupos de Pesquisas e Estudos em Educação. 5. Dicionário 6. Verbetes
I. Título.



José Carlos Martins Cardoso

(Organizador)

Jorge Antônio Lima de Jesus

(Bolsista Pesquisador)

Mariana Rodrigues Monteiro

(Bolsista Pesquisadora)

Dicionário de Saberes & Políticas Educacionais

**Verbetes de Saberes, Vivências, Conceitos e Contextos Amazônicos de
Políticas Públicas Educacionais de Grupos de Pesquisas e de Estudos do**

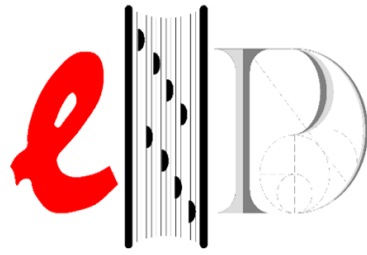
Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará

ICED - UFPA



ed.ufpa

EDITORA
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ



“Se a mudança faz parte necessária da experiência cultural, fora da qual não somos, o que se impõe a nós é tentar entendê-la na ou nas suas razões de ser. Para aceita-la ou negá-la devemos compreendê-la, sabendo que, se não somos puro objeto seu, ela não é tampouco o resultado de decisões voluntaristas de pessoas ou de grupos. Isto significa, sem dúvida, que, em face das mudanças de compreensão, de comportamento, de gosto, de negação de valores ontem respeitados, nem podemos simplesmente nos acomodar, nem também nos insurgir de maneira puramente emocional. É neste sentido que uma educação crítica não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revelava presença interveniente do ser humano no mundo. ”

(PAULO FREIRE. 1921 – 1997)

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	7
2	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	101
3	ABREVIATURAS.....	122
4	VERBETES EM ORDEM ALFABÉTICA.....	133
5	GRUPOS DE PESQUISAS E ESTUDOS POR ORDEM ALFABÉTICA.....	20
5.1	GRUPO DE ESTUDOS EM GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO (GEFIN).....	20
5.1.1	TERMOS UTILIZADOS: CONCEITUAÇÕES.....	20
5.2	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA (GEPERUAZ).....	32
5.2.1	TERMOS UTILIZADOS: CONCEITUAÇÕES.....	33
5.3	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO (GEPTE).....	44
5.3.1	TERMOS UTILIZADOS: CONCEITUAÇÕES.....	45
5.4	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESTADO E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - GESTAMAZON	577
5.4.1	TERMOS UTILIZADOS PELO GRUPO: CONCEITUAÇÕES	588
5.5.	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS OBSERVATÓRIO DE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA – OBSERVE	777
5.5.1	TERMOS UTILIZADOS PELO GRUPO: CONCEITUAÇÕES	788
	REFERÊNCIAS.....	93

1 APRESENTAÇÃO

Este projeto de monitoria integrado a Disciplina Política Educacionais no Curso de Licenciatura em Pedagogia e Letras Licenciatura teve o intuito de construir um Dicionário de Políticas Públicas Educacionais intitulado: **“VERBETES DE SABERES, VIVÊNCIAS, CONCEITOS & CONTEXTOS AMAZÔNICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE GRUPOS DE PESQUISAS E ESTUDOS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ ICED – UFPA”** que abarcasse os diversos campos teóricos do conhecimento, incorporando os diversos conceitos, ideias, concepções que são inerentes às modalidades temáticas dos grupos de pesquisas que, produzem nas áreas do Educação Básica.

Necessário se fez, imbricarmos nos contextos das produções, conceituações, materialidades, avaliações das políticas públicas, especificamente as educacionais que são objetos de pesquisas intrinsecamente ligados aos grupos de pesquisa do Instituto de Ciências da Educação – ICED-BELÉM, que produzem e constroem uma gama de conhecimentos, que são materializadas nas produções acadêmicas dos docentes e discentes, de acordo com a especificidade dos grupos.

Um estatuto teórico de uma disciplina é construído a partir do conjunto de teorias, concepções, ideias sobre um determinado fenômeno. A temporalidade, a historicidade dos fenômenos sociais, políticos e educacionais, apresentam uma miríade de conhecimentos, concepções, ideias que compõem um quadro teórico sobre o conjunto de políticas que permeiam as diversificadas temáticas em foco.

O conceito de política corporifica-se no entrelaçamento do conjunto de concepções, ideias que o tornam polissêmico, na medida em que abarcam uma diversidade de fenômeno. Estabelecer um nexos teórico face aos diversos conceitos, conjunto de ideias, concepções que fazem parte dos grupos de pesquisa no cotidiano do trabalho, tornou-se uma incessante busca em torno das atividades acadêmicas proposta pelo projeto em foco. Trabalho árduo, mas profícuo, no que tange a elaboração de um dicionário sobre políticas educacionais que pudesse aglutinar todas as informações e conhecimentos dos grupos envolvidos nas pesquisas, e integrar os alunos de graduação de acordo com a ofertabilidade nos semestres letivos.

Esse projeto de monitoria foi contemplado pelo Programa de Monitoria da PROEG, e propôs-se a apresentar a partir das produções acadêmicas dos

coordenadores dos referidos grupos, a compilação de 04 artigos publicados em âmbitos nacional, que expressassem o teor temático e teórico, que caracterizasse a especificidade identitária dos grupos pesquisados. Com o intuito de incorporar os diversos conceitos, ideias, concepções e categorias analíticas que são inerentes às modalidades temáticas e grupo de pesquisas em foco, construindo *Verbetes Teóricos*, que compunham os diversos meandros de cada área e sub-áreas do conhecimento estabelecido pelo conjunto de políticas e programas no âmbito da esfera federal, estadual e municipal, específica e construído pelo próprio grupo.

O “**Dicionário de Saberes & Políticas Educacionais**: “Verbetes de Saberes, Vivências, Conceitos & Contextos Amazônicos de Políticas Públicas Educacionais de Grupos de Pesquisas e Estudos do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará - ICED – UFPA”, visa estabelecer uma apropriação do conhecimento científico e acadêmico que tratam da temática. Constitui-se numa lista selecionada de verbetes relacionados ao campo das políticas públicas educacionais e seus meandros. O verbete é entendido como um conjunto de conceitos em torno de um determinado tema. Neste constructo, o dicionário agrupa temas que procuram dar conta do campo da Política Educacional, Gestão e Sistemas de Ensino, Financiamento da Educação no contexto Amazônia-Brasil.

A construção do “Dicionário de Saberes, Vivências, Conceitos e Contextos Amazônicos de Políticas Educacionais dos Grupos de Pesquisas e de Estudos do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da UFPA ainda está em construção, entretanto neste primeiro momento de apresentação dos resultados, já foram catalogados 120 verbetes dos 05 grupos incluídos na pesquisa, onde apresentamos desde os significados para os grupos de: Ação Pedagógica (*Gestamazon*); Amazônia (*Geperuaz*); Autonomia (*Observe*); Autonomia Político-Administrativa (*Observe/Gestamazon*); passando por Gestão da Educação (*Observe*); Gestão Democrática (*Observe/Gestamazon*); Gestão Escolar (*Gestamazon*) até aos conceitos de Políticas de Democratização da Gestão (*Observe*); Política de Fundo (*Gefin*); Políticas Educacionais na Área de Trabalho e Educação (*Gepte*); Políticas Educacionais de Financiamento da Educação (*Gefin*); Políticas Educacionais de Descentralização (*Observe*); Políticas Macro (*Gefin*); Políticas Públicas (*Observe*); Políticas Públicas Educacionais (*Gestamazon*).

Assim, apresentamos os conceitos utilizados pelos grupos, em que certos termos possuem mais de um conceito por grupo, dialogando com as interpretações e

necessidades dos sujeitos envolvidos na questão política-educacional, contribuindo para a formação da comunidade acadêmica.

Conceituamos alguns verbetes, a partir do paradigma histórico social que compreende a construção do conhecimento no campo da pedagogia universitária como decorrente de uma relação imbricada entre Estado, instituição e sala de aula, abordando outros conceitos com suas especificidades, concepções, ideias acerca do conceito de política pública educacional nas diversas áreas do conhecimento atendidas pelos grupos de pesquisas.

Com isso, o conjunto de informações/conhecimento sobre as especificidades dos grupos face às suas produções acadêmicas, nortearam a estrutura didática e o fácil acesso ao Verbetes Teóricos disponibilizado à comunidade acadêmica e ao programa da disciplina Política Educacional. Abarcaremos outros grupos de pesquisa e inclusão destes numa edição vindoura, entretanto, o substrato produzido pelos integrantes da equipe produtora e colaboradora desse dicionário, inspira a vontade de poder construir permanentemente, em busca de uma educação crítica, dialógica e emancipadora como se propõe a pesquisa em educação.

Prof. Dr. José Carlos Martins Cardoso

PREFÁCIO

UM CONVITE À LEITURA

O DICIONÁRIO DE SABERES & POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO apresenta verbetes de saberes, vivências, conceitos e noções de políticas educacionais e é produto de um intenso trabalho de pesquisa a partir da atuação dos Grupos de Estudos e Pesquisas do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. ICED – UFPA e representa uma possibilidade inédita de se conhecer o que os Grupos de Pesquisa vêm desenvolvendo ao longo de mais de quinze anos, sobretudo em decorrência da necessidade da pesquisa como um princípio pedagógico e de trabalho, dada sua importância na produção do conhecimento, vital para a formação docente, inicial e continuada, pela reflexão e aprofundamento da ação coletiva tendo em vista a participação efetiva, eficiente e eficaz para a mudança do quadro ainda não tão animador da educação brasileira e paraense.

O primeiro passo do autor foi analisar e compreender as ações desenvolvidas nos distintos Grupos, com base nos resultados alcançados e a interação entre os diversos ramos do conhecimento educacional. Além disso, a abrangência, os desafios e a complexidade da temática, de discorrer sobre tão amplo debate representa um robusto processo de descoberta. Tem como objetivo precípua alargar a discussão, propiciar a interação entre o trabalho em busca da compreensão da realidade escolar em seus diferentes níveis e modalidades.

Que este livro seja mais uma porta de abertura para a comunidade acadêmica, sujeitos escolares e sociedade em geral, especialmente para quem luta e defende uma educação pública, gratuita, estatal e de boa qualidade para todos e todas num País de imensas desigualdades que se perpetuam!

Participe do diálogo que este livro busca, para ampliar visões, noções e conceitos!

Prof^a Dr^a Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos

Professora Titular da UFPA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAÚJO, RONALDO MARCOS DE LIMA

CARDOSO, JOSÉ CARLOS MARTINS

COELHO, MARIA DO SOCORRO DA COSTA

DA HORA, DINAIR LEAL

DAMASCENO, RAIMUNDO ALBERTO DE FIGUEIREDO

GUTIERRES, DALVA VALENTE GUIMARÃES

HAGE, SALOMÃO ANTONIO MUFARREJ

MARTINS, A. P.

OLIVEIRA, NEY CRISTINA MONTEIRO

RODRIGUES, DORIEDSON DO SOCORRO

ROLIM, ROSANA MARIA GEMAQUE

SANTOS, ÉMINA MÁRCIA NERY DOS

SANTOS, TEREZINHA DE FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO DOS

SOUZA, ORLANDO NOBRE BEZERRA

SILVA, GILMAR PEREIRA DA

TEODORO, ELINILZE

3 ABREVIATURAS

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEFIN	Grupo de Estudos em Gestão e Financiamento da Educação
GEPERUAZ	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Rural na Amazônia.
GEPE	Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Trabalho e Educação
GESTAMAZON	Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Estado e Educação na Amazônia
OBSERVE	Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática
ICED	Instituto de Ciências da Educação
LDBEN	Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará

4 VERBETES EM ORDEM ALFABÉTICA

A

AÇÃO PEDAGÓGICA (*GESTAMAZON*)

AMAZÔNIA (*GEPERUAZ*)

AMIGOS DA ESCOLA (*OBSERVE*)

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL (*GESTAMAZON*)

AUTONOMIA (*OBSERVE*)

AUTONOMIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (*OBSERVE/GESTAMAZON*)

B

BUROCRACIA (*GESTAMAZON*)

C

CAMPO AMBIENTAL (*GEPERUAZ*)

CAMPO PRODUTIVO (*GEPERUAZ*)

CAMPO SÓCIO-CULTURAL (*GEPERUAZ*)

CANAIS DE PARTICIPAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (*OBSERVE*)

CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO (*GEPTE*)

COLEGIADOS MULTIPARTITES (*OBSERVE*)

CONSELHO ESCOLAR (*GESTAMAZON*)

CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO (*GEPERUAZ*)

CURRÍCULO ESCOLAR (*GESTAMAZON*)

CURRÍCULO INTEGRADO (*GEPTE*)

CUSTO ALUNO-QUALIDADE – CAQ (*GEFIN*)

CONHECIMENTOS TÁCITOS DO TRABALHADOR (*GEPTE*)

D

DEMOCRACIA (*GESTAMAZON*)

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR (*OBSERVE*)

DEMOCRATIZAÇÃO (*GEFIN*)

DESCENTRALIZAÇÃO (*OBSERVE*)

DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (*GEFIN*)

DIALETICIDADE DO MUNDO (*GEPE*)

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS (*OBSERVE*)

DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (*GEPE*)

DIMENSÃO PARTICIPATIVA (*GESTAMAZON*)

E

EDUCAÇÃO DO CAMPO (*GEPEUAZ*)

EDUCAÇÃO NO CAMPO (*GEPE*)

EDUCAÇÃO INTEGRAL (*GESTAMAZON*)

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (*GEPE*)

ELEIÇÕES DIRETAS (*GESTAMAZON*)

ENSINO INTEGRADO (*GEPE*)

ENSINO MÉDIO INOVADOR (*GESTAMAZON / GEPE*)

EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS (*GESTAMAZON*)

F

FEDERALISMO (*GEFIN*)

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO (*GEFIN*)

FONTES DE RECEITA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (*GEFIN*)

FORMAÇÃO CONTINUADA (*GEFIN*)

FORMAÇÃO HUMANA (*GEPE*)

FORMAÇÃO INTEGRAL (*GESTAMAZON*)

FRAGMENTAÇÃO DO SABER (*GEPE*)

FUNDEB (*GEFIN*)

FUNDEF (*GEFIN*)

G

GÊNESE DAS REFLEXÕES (*GEPERUAZ*)
GESTÃO DA EDUCAÇÃO (*OBSERVE*)
GESTÃO DEMOCRÁTICA (*OBSERVE/GESTAMAZON*)
GESTÃO ESCOLAR (*GESTAMAZON*)

H

HABITANTES DA REGIÃO (*GEPERUAZ*)
HETEROGENEIDADE AMAZÔNICA (*GEPERUAZ*)

I

IDENTIDADE CULTURAL (*GEPERUAZ*)
IMPOSTOS ESTADUAIS (*GEFIN*)
IMPOSTOS FEDERAIS (*GEFIN*)
IMPOSTOS MUNICIPAIS (*GEFIN*)
INCLUSÃO ESCOLAR (*GESTAMAZON*)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES PROFISSIONAIS (*GEPTÉ*)

J

JUVENTUDE PROTAGONIZADORA (*GESTAMAZON*)

K

KARL MARX (*GEPTÉ*)

L

LEI DO PISO (*GEFIN*)
LÓGICA NORTEADORA DOMINANTE (*GEFIN*)

M

MARCOS LEGAIS (*GESTAMAZON*)
MECANISMOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS (*GEFIN*)
MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO (*GEPERUAZ*)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS SEM TERRA – MST
(*GESTAMAZON/GEPERUAZ*)

MOVIMENTO NEGRO (*GEPERUAZ*)

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO (*GEFIN*)

N

NÍVEL ESTRATÉGICO-GERENCIAL DO SISTEMA EDUCACIONAL (*OBSERVE*)

NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (*GESTAMAZON*)

O

ORGANIZAÇÃO BUROCRÁTICA (*GESTAMAZON*)

ORGANIZAÇÃO HIERÁRQUICA (*GESTAMAZON*)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL – OS (*GESTAMAZON*)

ORIENTAÇÕES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS (*OBSERVE*)

P

PARCERIAS COM A COMUNIDADE (*OBSERVE*)

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADOPARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE LOCAL
(*OBSERVE*)

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE LOCAL (*OBSERVE*)

PDE - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA (*OBSERVE*)

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (*OBSERVE*)

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA (*GESTAMAZON / GEPE*)

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS (*GEPE*)

PEDAGOGIA DE PROJETOS (*GEPE*)

PEDAGOGIA DO TRABALHO (*GEPE*)

PEDAGOGIAS ATIVAS (*GEPE*)

PEDAGOGIAS LIBERAIS (*GEPE*)

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO/PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
(*GESTAMAZON*)

PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO (*GEFIN*)
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO
(*GEFIN*)
POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO (*OBSERVE*)
POLÍTICA DE FUNDO (*GEFIN*)
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ÁREA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO (*GEPT*)

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO (*GEFIN*)
POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE DESCENTRALIZAÇÃO (*OBSERVE*)
POLÍTICAS MACRO (*GEFIN*)
POLÍTICAS PÚBLICAS (*OBSERVE*)
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS (*GEPERUZ*)
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS (*GESTAMAZON*)
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS (*OBSERVE*)
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS (*GEPT*)

PROCESSOS MACRO, INTERMEDIÁRIO E MICROS DAS POLÍTICAS (*OBSERVE*)
PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO (*OBSERVE*)
PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM A
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE JOVENS E ADULTOS -
PROEJA (*GEPT*)

PROGRAMA PROJOVEM CAMPO (*GEPERUAZ*)
PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL NAS ESCOLAS (*OBSERVE*)
PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR – PROEMI (*GEPT*)

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO – PME (*GESTAMAZON*)
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP (*GESTAMAZON*)
PRONACAMPO (*GESTAMAZON/GEPERUAZ*)
PROPOSTAS EDUCATIVAS (*GEPERUAZ*)
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS (*OBSERVE*)
PÚBLICO-PRIVADO (*OBSERVE*)

Q

QUOCIENTE INTELECTUAL - QI (*GEPERUAZ*)

R

REGIME DE COLABORAÇÃO VIA PAR (*GEFIN*)

REGIME DE COLABORAÇÃO (*GESTAMAZON*)

REMUNERAÇÃO DOCENTE (*GEFIN*)

S

SISTEMA POR COMPLEXOS TEMÁTICOS (*GEPT*)

T

TELEOLOGIA DO PROJETO DE ENSINO INTEGRADO (*GEPT*)

TERRITÓRIOS (*GEPERUAZ*)

TERRITÓRIOS DO CAMPO (*GEPERUAZ*)

TEMPO INTEGRAL (*GESTAMAZON*)

TRABALHO (*GEPT*)

TRABALHO X EDUCAÇÃO (*GEPT*)

TRANSGRESSÃO DO PARADIGMA SERIADO (*GEPERUAZ*)

TRÍADE: CAMPO – POLÍTICA PÚBLICA – EDUCAÇÃO (*GEPERUAZ*)

U

UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO (*GESTAMAZON*)

V

VALORES GASTOS POR ALUNO (*GEFIN*)

VALORIZAÇÃO DOCENTE (*GEFIN*)

VULNERABILIDADE SOCIAL (*GESTAMAZON*)

W

WIKIPÉDIA (*GESTAMAZON*)

X

X DA QUESTÃO – AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Y

YIN E YANG NA EDUCAÇÃO

Z

Z – GERAÇÃO Z

5 GRUPOS DE PESQUISAS E ESTUDOS POR ORDEM ALFABÉTICA.

5.1 GRUPO DE ESTUDOS EM GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO (GEFIN)

Foi constituído ao final dos anos de 1990 e estava vinculado, na época, ao Departamento de Administração e Planejamento da Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, tendo em vista que os proponentes não faziam parte da Pós-Graduação ainda em fase inicial, nesse contexto. Posteriormente, com a institucionalização da Pós-Graduação, a titulação de doutor, inserção de pesquisadores do Grupo nessa unidade e extinção dos departamentos no Centro de Educação, o Grupo passou a vincular-se a Pós-Graduação. Desde então vem se consolidando a partir da realização de vários projetos de pesquisa sobre políticas de financiamento da educação. Além disso, vem formando pesquisadores na área de gestão e financiamento da educação em nível de graduação e Pós-Graduação (Lato e stricto sensu). Desenvolve pesquisa em Financiamento da Educação e valorização docente.

REFERENCIAS CONSULTADAS¹

5.1.1 TERMOS UTILIZADOS: CONCEITUAÇÕES

“CUSTO ALUNO-QUALIDADE – CAQ”.

1. É o padrão de qualidade de ensino por aluno da escola pública que se aproxima dos custos dos países mais desenvolvidos em termos educacionais. No Brasil, esse custo-padrão deveria ser estabelecido no prazo de três anos, a partir da elaboração das diretrizes para uma

¹ I - A Proposta de criação do FUNDEB e sua relação com os estudos sobre os impactos do FUNDEF na educação do Pará (2007). *Jornal de Políticas Educacionais*. Vol. 1, Nº 1 (março de 2007) pp. 21-39; II - Disputas e prioridades na distribuição dos recursos financeiros da União destinados à educação (2009). <https://www.anpae.org.br/simposio2009/302.pdf>; III - Políticas de financiamento e direito à educação básica: o Fundef e o Fundeb (2011). *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 29, p. 90-112, jul. /dez. 2011; IV – Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN): Algumas reflexões sobre sua constituição, processos e desafios (2012); *Jornal de Políticas Educacionais*. Nº 12 | Julho-Dezembro de 2012 | pp. 37–50.

educação de qualidade pelo Conselho Nacional de Educação firmou, em 2010, porém sua implementação pode ocorrer até 2024.

2. Iniciativa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e pela sua função de elaborar diretrizes para uma educação de qualidade; desde 2008, já estava em voga o termo **CAQi – Custo Qualidade da Educação Inicial** - como uma estratégia de política pública para a educação brasileira, no sentido de vencer as históricas desigualdades de ofertas educacionais em nosso país.
3. A adoção do CAQi representou um passo decisivo no enfrentamento das diferenças e na busca de uma maior equalização de oportunidades educacionais para todos; pois é um dispositivo desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O gasto por aluno é resultado da divisão do total de recursos investidos em educação pelo número de estudantes. Para isso, a Campanha calcula o gasto por aluno a partir do número ideal de crianças ou adolescentes por sala e dos insumos mínimos necessários para a existência de uma escola no país.

DEMOCRATIZAÇÃO:

1. Está associado não apenas à participação dos indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, mas também nos rendimentos da produção, o que implica a impossibilidade de separação entre o econômico e o político. Nessa perspectiva, entende-se que muitos são os fatores que concorrem para a democratização da educação pública, mas ela não será possível sem a ampliação do acesso de crianças e jovens à escola e sua permanência com garantia de apropriação do conhecimento, sem a democratização da gestão educacional, sem uma política de valorização dos trabalhadores na educação e sem financiamento compatível com a educação que se quer de qualidade. Essas são, portanto, formas de dar materialidade à democratização da educação.

“DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO”

1. Esteve associada mais à omissão da União para com o financiamento da Educação Básica do que propriamente a um projeto que visasse ao fortalecimento dos Estados e municípios no provimento da educação, por meio da transferência de recursos e de poder.

FEDERALISMO:

1. Consiste em “uma forma de organização territorial do Estado e, como tal, tem enorme impacto na organização dos governos e na maneira como eles respondem aos cidadãos” (ABRUCIO, 2010, p.39). Nesse sistema, os entes federados gozam de autonomia e compartilham legitimidade no processo decisório sobre as políticas públicas. Por essa razão, é possível a mais de um agente governamental atuar numa mesma direção no atendimento aos cidadãos, sendo, em alguns casos, pertinente “ação conjunta e/ou a negociação entre os níveis de governo em questões condicionadas à interdependência entre eles” .

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

1. O termo *Financiamento da Educação* é intensificado nas discussões políticas, educacionais e acadêmicas a partir da década de 1990, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF/1996) e mais recentemente , com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB/2006), que consubstanciam políticas de fundo que subvinculam recursos específicos para a valorização da educação e dos profissionais que nela atuam.
2. Deve ser precedido de planejamento de ações, que tome como base uma estratégia vertical e horizontalmente organizada, em torno da resolução de problemas gerais ou específicos. Uma estratégia que possa criar sinergias entre os entes federados, principalmente entre estados e municípios e

entre os próprios municípios, para gerar capacidades operativas nos níveis regional e local para o desenvolvimento da educação de qualidade, com atenção especial às pequenas localidades, para que os recursos tenham de fato eficácia e eficiência educacional em sua aplicação.

3. Entendemos ser o financiamento da educação o elemento fulcral do regime de colaboração entre os entes federativos, visto que a ausência de recursos financeiros tende a dificultar e até impossibilitar a materialização da tão almejada qualidade do ensino. Estudos têm mostrado que o atual sistema tributário é concentrador de recursos na União, sendo os municípios os entes menos aquinhoados, pois a União vem sistematicamente concentrando mais da metade da receita fiscal.

FONTES DE RECEITA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA:

1. (i) vinculação de impostos, (ii); contribuições (salário-educação, renda de loteria, contribuições sobre o lucro e seguridade social); (iii) desvinculação de receitas da União (DRU); e operações de créditos

FUNDEB

1. Em dezembro de 2006, foi aprovado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, por meio da Emenda Constitucional nº 53 de 20 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Lei 11.494 de 20 de junho de 2007. As principais modificações consistiram na ampliação: da abrangência do Fundo para toda educação básica; dos percentuais de vinculação de recursos, de 15 para 20%; do volume de recursos; da participação da União para o equivalente a 10% do total do Fundo; dentre outras. No que concerne aos docentes, manteve-se a destinação de 60% dos recursos do Fundo para remuneração do magistério. Além disso, o art. 40 da Lei 11.424/07
2. Apresenta-se como outro mecanismo que também regulamenta a aplicação de parte dos recursos da educação, destinando-os à educação básica no seu todo e reservando uma parte para o pagamento dos professores. Mas, a

regulação é ampliada em relação ao Fundef por estabelecer um valor mínimo para o vencimento inicial dos professores.

3. Tanto o Fundef quanto o Fundeb “confiscam” receitas tanto do governo de Belém quanto do Estado do Pará em favor do conjunto de municípios do Pará. Com o Fundef as chamadas “perdas” eram bem maiores do que com a implementação do Fundeb. Essa redução da perda de receita se deu em função da ampliação da abrangência deste último para toda a educação básica. No caso do governo do Estado foram incorporadas as matrículas do ensino médio e no caso da Prefeitura de Belém, as matrículas da educação infantil.

FUNDEF

1. foi criado pela Emenda Constitucional nº14/1996, para vigorar por dez anos. Embora criado sob a justificativa de reduzir as desigualdades no gasto-aluno, sua finalidade foi estimular a municipalização do ensino uma vez que redistribuía recursos, no âmbito dos Estados, de acordo com o nº de alunos matriculados no ensino fundamental, a partir da razão entre o valor mínimo por aluno-ano e a receita do Fundo. A participação da União ocorria apenas naqueles Estados em que o valor mínimo por aluno não fosse alcançado. No que concerne aos professores, esse Fundo definiu que uma proporção correspondente a 60% dos recursos do Fundo deveria ser destinada à remuneração, sendo que nos cinco primeiros anos de sua implantação, parte desses recursos poderia ser utilizada para pagamento de cursos de qualificação dos professores (Lei. Nº 9.424/96 – artigos 7º).

2. Se apresenta como um mecanismo que regulamentou tanto o atendimento às matriculadas – visto que contribuiu para desencadear um processo acelerado de municipalização – quanto a aplicação de parte dos recursos destinados à educação, focalizando-a numa etapa da educação básica (o ensino fundamental) e reservando uma parcela para a remuneração de professores.

IMPOSTOS ESTADUAIS:

1. Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre a Transmissão causa mortis e Doação, de quaisquer bens e direitos (ITD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); adicional sobre o Imposto de Renda (AIR).

IMPOSTOS FEDERAIS:

2. Imposto de Renda (IR); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto Territorial Rural (ITR); Impostos sobre Operações Financeiras (IOF); Imposto sobre Importação (II); Imposto sobre Exportação (IE); Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

IMPOSTOS MUNICIPAIS:

2. Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título [...] (ITBI); Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

“LEI DO PISO”

1. prevê que: A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado (Art.4º). § 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o caput deste artigo. § 2º A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos (BRASIL, 2008).

LÓGICA NORTEADORA DOMINANTE

1. Dialoga com a política do Fundef (BRASIL, 1996), qual seja: os recursos financeiros destinados à educação são suficientes para combater as desigualdades educacionais e para melhorar a qualidade de ensino e que o problema reside no gerenciamento e distribuição dos recursos. A relação entre a produção de conhecimentos sobre o financiamento da educação e a definição de novas políticas para a área continua tênue, frágil ou inexistente, pois a questão central são as possibilidades de perdas e ganhos e não necessariamente o combate às desigualdades educacionais e a melhoria na qualidade de ensino no País.

MECANISMOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS

1. São inferências relativas a garantia do acesso à escola e à qualidade de ensino. Servem como ações automáticas de redistribuição de recursos destinados à Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), atuando para valorizar os professores e desenvolver e manter a escola funcionando, conforme prevê a Emenda Constitucional nº 53, que alterou o Art. 60 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

1. apresenta possibilidades e limites para a democratização da educação. Dentre as possibilidades, o fato de permitir a maior aproximação com a comunidade local e possibilitar pensar coletivamente um projeto de educação voltado para as necessidades locais a partir da visão de conjunto sobre os problemas locais; solução dos problemas educacionais com o conhecimento dos recursos disponíveis e pleno acesso a eles; capacitação e autonomia da equipe gestora da educação local; fortalecimento e institucionalização de espaços de participação coletiva e conhecimento da realidade local. Mas essas mesmas possibilidades são, ao mesmo tempo, limites dependendo da conjuntura política municipal. No caso de Altamira, o trabalho demonstrou que as possibilidades postas pela municipalização propiciaram mudanças na educação municipal.

PADRÃO DE ATENDIMENTO DE MATRÍCULA ESTADUALIZADA E MUNICIPALIZADA:

1. O padrão de atendimento da Educação Básica de estadualizado para o de municipalizado, assim como em nível nacional. Em decorrência, houve redução das matrículas da Educação Infantil e aumento do acesso ao Ensino Médio, mas em proporções inferiores ao repasse das matrículas para as redes municipais (GEMAQUE, 2004; GUTIERRES, 2010). Ao término do FUNDEF, o cenário permaneceu praticamente o mesmo: o atendimento do Ensino Fundamental não foi universalizado; os professores não foram valorizados e a qualidade do ensino ficou ainda mais comprometida. As possibilidades restringiram-se aos limites orçamentários dos estados e municípios. Os desafios e responsabilidades dos municípios foram ampliados visto que o maior déficit de atendimento escolar é na Educação Infantil - etapa de ensino que demanda maiores aportes de recursos financeiros. Além disso, os municípios assumiram o compromisso de valorizar o magistério, por meio de aprovação de Planos de Carreira e Remuneração (PCCR) e de assegurar remunerações condignas.

PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO

1. É o valor num patamar de remuneração referenciado a um valor suficiente para que o professor possa atender às suas necessidades pessoais e familiares de subsistência e de desenvolvimento profissional com um só vínculo de trabalho.
2. O Piso Salarial Nacional do Magistério está vinculado à valorização dos profissionais da educação como suporte para uma educação de qualidade, compreendido pelo FUNDEB, a partir da criação da Emenda Constitucional, n.º 53/2006 e pela Medida Provisória n.º 339/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.490/07, que deu respaldo às diretrizes políticas e legais emanadas pela Lei n.º 11.738/08.

3. O Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica está na Lei n.º 11.738/2008, que foi aprovada em caráter definitivo, resultado do amplo debate envolvendo a sociedade, os gestores das três esferas de governo e o parlamento. Três pilares da carreira profissional encontram-se contemplados nesse conceito: salário, formação e jornada. Contudo, ainda restará um quarto ponto para completar os elementos intrínsecos à valorização dos profissionais da educação: as condições apropriadas de trabalho, que devem constituir pauta constante das lutas sindicais nos estados e municípios.
4. Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO:

1. Trata-se de um plano estabelecido pela União, mas para ser executado em regime de colaboração com os demais entes do poder público e com participação da sociedade civil, representada pela família e pela comunidade. A participação da União, além das decisões iniciais dar-se-á de forma direta, quando couber, e por meio de incentivos e apoio à implementação pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
2. O Plano de Metas propõe, dentre outras ações: focar na aprendizagem; acompanhar o processo educacional; ampliar o tempo de permanência na escola; reduzir o tempo de deslocamento do aluno até a escola; ampliar a formação ética, artística e física; assegurar formação continuada aos professores; criar PCCRs; buscar parcerias externas à escola; valorizar o 160 RBPAE - v. 32, n. 1, p. 151 - 169 jan./abr. 2016 mérito, formação e desempenho dos professores; estabelecer regras claras para nomeação e

exoneração de diretores; ampliar a participação e controle social na gestão da escola e no provimento de recursos financeiros.

POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

- 1 O Estado tem se mostrado mínimo quando se trata de política de financiamento da educação brasileira. Ao definir em que os recursos destinados ao ensino devem ser aplicados, a legislação sofreu um grande avanço, contribuindo para o melhor controle e a fiscalização de contas referentes às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. A fiscalização e a publicização de dados referentes às receitas e às despesas com o ensino são condições imprescindíveis para facilitar o acompanhamento das ações dos órgãos públicos.
- 2 No que se refere às últimas décadas, houve um crescimento médio de matrículas em creche em torno de 10%. Esta evolução é fruto da política de financiamento, com a criação do FUNDEF e do FUNDEB, que vincularam recursos para toda a educação básica. Tais recursos, mesmo insuficientes para promover uma maior ampliação com qualidade, são bem-vindos, tendo em vista o quadro precário em que se encontrava a educação no Brasil nos anos anteriores e no enfrentamento aos dias atuais.

POLÍTICA DE FUNDO

- 1 Em relação à democratização do acesso e aumento dos gastos por aluno, o montante de recursos financeiros mobilizados pelos Fundos é insuficiente para assegurar o direito de todos à educação (FUNDEF; FUNDEB, etc.). Analisamos a pertinência da política de fundos no financiamento da educação básica como medida protetora do direito à educação.

POLÍTICAS MACRO

1. Esse resultado reflete a situação do financiamento das políticas sociais, dentre elas, a política educacional, na América Latina, que experimentaram, no período em análise, uma reorientação conceitual para termos, como: compensação; seletividade e focalização; privatização e descentralização, – uma espécie de medida estratégica capaz de amenizar os efeitos desastrosos da política de ajuste econômico e de ganhar a aceitação da população para as reformas (SOTTOLI, 2000 apud GEMAQUE, 2009).

REGIME DE COLABORAÇÃO VIA PAR:

1. Representa mais um caso ilustrativo dessa lógica que vem norteando a política de financiamento da educação, qual seja, multiplicar as ações a partir das mesmas fontes de receitas existentes, assentada em programas muito bem articulados baseados no pressuposto de que problemas relativos à qualidade da educação não demandam ampliação de recursos, mas apenas planejamento e gestão, mantendo-se assim as assimetrias na capacidade de provimento das políticas educacionais.

REMUNERAÇÃO DOCENTE

- 1 A Lei n.º 9.424/96 que regulamentou o FUNDEF determinou que a valorização do magistério ocorresse por meio da aplicação do percentual de 60% dos recursos para a remuneração do magistério em efetivo exercício, prevendo, inclusive, no artigo 9.º, um Plano de Carreira e Remuneração do Magistério que assegure: I – a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério; II - o estímulo ao trabalho em sala de aula; e III – a melhoria da qualidade do ensino. Repetiu, pois, o mesmo texto da LDB, n.º 9.394/96 (BRASIL, 2001).

VALORES GASTOS POR ALUNO

1. Os valores investidos por aluno mostram ainda a necessidade de maiores gastos e de se pensar as diversidades locais e de nível de ensino. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) apresenta uma estimativa anual de valor aluno/ano do ensino público por Estado desde 2006. Segundo essa base de dados, por exemplo, no nível do Ensino Fundamental verifica-se que há maiores investimentos nas séries finais: enquanto a média é de R\$ 3.725,44 anuais no ensino urbano e R\$ 4.064,11 no rural, quando o assunto são as séries iniciais os números caem para R\$ 3.387,54 e R\$ 3.894,77, respectivamente. Já no Ensino Fundamental Integral o valor médio de custo por aluno é maior, de R\$ 4.402,79.

VALORIZAÇÃO DOCENTE

1. O financiamento público da educação, principalmente no que se refere ao investimento na qualidade dos salários, é um assunto complexo que compreende uma diversidade de considerações e aspectos cujo tratamento vem sendo objeto de estudo nas últimas décadas, em virtude da criação dos dois Fundos: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, em 1996, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, em 2006.
2. A valorização docente corresponde neste limiar à valorização do magistério.
3. A instituição de planos de carreira para os profissionais da educação em todos os entes da federação, abrangendo os elementos indissociáveis da valorização profissional, que são: salário digno, carreira atraente, jornada compatível com os afazeres escolares, inclusive para garantir a presença de todos os profissionais em cursos de formação inicial e continuada e

no processo de elaboração e condução dos projetos político-pedagógicos das escolas.

5.2 GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA (GEPERUAZ)

Criado em 12 de abril do ano 2000, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia - GEPERUAZ, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da UFPA, começou a realizar um conjunto de pesquisas sobre a realidade educacional das populações do campo no Pará, passa a fortalecer os laços de identidade amazônica; como também o estudo sobre a identidade da educação do campo na Amazônia e do currículo das escolas multisseriadas desta região. Com a aprovação da pesquisa “Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica”, no biênio 2002-2004, financiada pelo Edital do Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação (PNOPG) / CNPq, o Grupo realizou um amplo diagnóstico da realidade educacional que envolve as escolas multisseriadas no Estado do Pará, com destaque para os desafios que enfrentam gestores, educadores, estudantes e familiares para garantir o sucesso do processo de ensino-aprendizagem nas escolas do campo. Dando assim continuidade às ações de investigação e pesquisa na UFPA e em outros campos por meio destes estudos, o grupo apresenta subsídios políticos e pedagógicos para a elaboração de propostas de intervenção que se apresente como possibilidade de transgredir à “precarização do modelo seriado urbano” que constitui o traço identitário dominante das escolas multisseriadas do campo e ribeirinhas que existem na Amazônia.

PRODUÇÕES CONSULTADAS²

5.2.1 TERMOS UTILIZADOS: CONCEITUAÇÕES

² I - Educação na Amazônia: Identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares (2005); http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/396/1/CapitulodeLivro_EducacaoAmazonialdentificando.pdf; II - Currículo e Educação do Campo na Amazônia: referências para o debate sobre a multisseriação na Escola do Campo (2010). Espaço do Currículo, v.3, n.1, pp.348-362, março de 2010 a setembro de 2010; III - Educação do campo na Amazônia Interfaces com a educação quilombola. (2013); Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 425-438, jul./dez. 2013; IV - Transgressão do paradigma da (MULTI) seriação como referência para a construção da escola pública do campo (2014). Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1165-1182, out.-dez. 2014.

AMAZÔNIA

1. A Amazônia é uma região na América do Sul, definida pela bacia do rio Amazonas e coberta em grande parte por floresta tropical, também chamada de Floresta Equatorial da Amazônia ou Hileia Amazônica. A floresta estende-se por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, para efeitos de governo e economia, a Amazônia é delimitada por uma área chamada Amazônia Legal, que está distribuída em 23 eco-regiões, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e pequena parte do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.
2. Região auto-sustentável, um dos ambientes que possui a mais rica biodiversidade do planeta onde sua diversidade ambiental, energética, produtiva e sociocultural deva ser entendida e utilizada como instrumento de produção da riqueza, satisfação e felicidade de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo e da cidade.
3. Apresenta como uma de suas características fundamentais a “heterogeneidade”, que se expressa de forma bastante significativa no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam, heterogeneidade essa, que deve ser valorizada e incorporada nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região.

CAMPO AMBIENTAL

1. A Amazônia possui a mais rica biodiversidade do planeta com aproximadamente 30 milhões de espécies animais e vegetais, onde se destacam plantas medicinais, aromáticas, alimentícias, corantes, oleaginosas e fibrosas. Representa aproximadamente 61% do território nacional e possui a maior área. Os dados e as reflexões apresentadas sobre a heterogeneidade produtiva, ambiental e sócio cultural da floresta tropical do planeta, com 250 milhões de hectare, onde estão estocadas aproximadamente 14 bilhões de m³ de madeira comercializável. A região

possui o maior reservatório de água doce existente na terra, com uma extensão de 4,8 milhões km², representam cerca de 17% de toda a água líquida e 70% da água doce do planeta; a grande maioria dos rios amazônicos é navegável, são vinte mil quilômetros de via fluvial que pode servir ao transporte em qualquer época do ano. Esses rios são diferentes entre si, uns são de “águas brancas”, outros de “águas pretas” e outros de “águas claras”, e em conjunto, abrigam cerca de 1.700 espécies de peixes.

CAMPO PRODUTIVO

1. A Amazônia apresenta uma estrutura peculiar, com elevado grau de complexidade, muito diferente de outras regiões do país, uma vez que convivem em um mesmo espaço, de forma contraditória e conflitual, economias extrativistas tradicionais, com processos de trabalho de tecnologias simples, e atividades industriais e grandes empreendimentos que usam modernas tecnologias. Atualmente nela encontramos o agronegócio, com a soja em franca expansão em direção à floresta; as grandes fazendas que praticam a pecuária extensiva na criação de bovinos e bubalinos; a exploração madeireira do Mogno, Angelim, Ipê, Jatobá, Cupiúba, Maçaranduba, Andiroba, etc.; a atividade garimpeira do ouro e diamantes; Os Grandes Projetos, entre os quais incluem-se; o Projeto Manganês, o Projeto Jarí, o Programa Grande Carajás – Projeto Ferro Carajás, Projeto Trombetas, Projeto ALBRÁS – ALUNORTE, Projeto ALUMAR e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

CAMPO SÓCIO-CULTURAL

1. A Amazônia é marcada por uma ampla sócio-diversidade, composta por populações que vivem no espaço urbano (62%) e no espaço rural (38%). Ao todo são 19 milhões de pessoas, 12% da população brasileira, que vivem num elevado número de povoados, pequenas e médias cidades e algumas metrópoles, que de um modo geral possuem poucas condições para atender as populações que as habitam, seja porque não possuem uma estrutura produtiva consistente capaz de garantir oportunidades de

emprego e renda para toda a população, seja pela ausência de infraestrutura suficiente e adequada.

CONCEPÇÃO URBANOCÊNTRICA

1. Esse paradigma é marcado por contradições que de certa forma, vem interferindo na implementação de políticas públicas de afirmação para as populações que vivem e trabalham no campo. O termo Urbanocêntrico se refere a uma visão de educação na qual o modelo didático pedagógico utilizado nas escolas da cidade é transferido para as escolas localizadas nas zonas classificadas como rurais, sem que sejam consideradas as reais necessidades das populações identificadas com o Campo. (SECAD/MEC pag.13, 2007). Forte inspiração eurocêntrica, que estabelece padrões exteriores como universais para o mundo, sendo esse paradigma fundamentalmente particular e conseqüentemente excludente, posto que apresenta e impõe um padrão de pensar, de agir, de sentir, de sonhar e de ser de acordo com os princípios e valores de uma racionalidade e sociedade capitalista mercadológica, excluindo outros modos de representar o mundo e produzir a vida.
2. O paradigma da concepção urbanocêntrica exerce muita influência sobre os sujeitos do campo, levando esses mesmos sujeitos a estabelecer muitas comparações entre os modos de vida urbanos e rurais, entre as escolas da cidade e do campo; considerando que estas devem seguir os mesmos parâmetros das escolas da cidade se quiserem superar o fracasso escolar e se tornar de boa.

CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO

1. O papel do currículo da escola do campo organizado sob a perspectiva da multisseriação, analisando a materialização do modelo de ensino seriado na configuração da identidade do trabalho docente realizado nessas escolas.
2. A preocupado simultaneamente com a produção, transmissão e a ressignificação de conhecimentos. Daí o fato de defendemos um Currículo Crítico e Emancipador, que suspeita do arbitrário cultural das práticas de

dominação social e por isso, postula uma educação para a liberdade, como nos diz Freire, precondição para a convivência ética e solidária.

3. O currículo da escola do campo traz novas questões epistemológicas inerentes a atualidade educacional do campo no Brasil e na Amazônia, de forma que possamos pensar e construir coletivamente um currículo aberto às necessidades populares dos diferentes sujeitos, como também a construção de um planejamento comunitário e participativo no âmbito da relação entre o poder público, sociedade e universidade. Essas questões, entre outras, são noções preliminares que sustentamos no entendimento do currículo da escola do campo na Amazônia, colocando-o num plano diferente da escola seriada e do currículo multisseriado precarizados.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. A educação do campo no Brasil nasceu da iniciativa dos movimentos sociais do campo, de maneira especial o Movimento dos Sem Terra (MST), que impulsionou, em 1988, o I Encontro de Educadores e Educadoras das Escolas do Campo, na cidade de Luziana, no estado de Goiás, com o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Universidade Nacional de Brasília (UnB) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Assim como no Brasil como um todo se desencadeou um conjunto de movimentos organizados em prol do debate da educação do campo, na Amazônia, também se organizaram movimentos em favor do povo do campo e, sobretudo, da educação do campo. Trata-se, nesse sentido, do Movimento Paraense de Educação do Campo que impulsionou o debate por uma educação diferenciada para os sujeitos do meio rural local.
2. No que concerne à educação especificamente, muitas das peculiaridades que caracterizam as escolas do campo em face de suas localizações territoriais, não têm sido consideradas com relação às políticas educacionais implementadas no país. Em muito isso se deve à existência de uma concepção urbanocêntrica de mundo que é hegemônica e que invisibiliza as escolas do campo, seus problemas, suas necessidades e sua importância no cenário atual

EDUCAÇÃO RIBEIRINHA

1. O camponês, o ribeirinho, o povo da floresta da Amazônia Paraense também tem demonstrado que domina saberes. Conhecem as marés do rio que enche e vaza, do tempo da piracema, sabem que grande área de floresta no chão torna o solo da Amazônia infértil, do período da coleta dos frutos na floresta, entendem a geografia do rio, da mata; trazem consigo a cultura de seus antepassados impregnada em suas cantigas, danças e lendas em seu jeito de ser homem, mulher caboclo sujeito de saberes amazônidas. Mas a incorporação de sua cultura nos currículos escolares se processa por aspectos que envolvem desde políticas públicas para a educação como também, a aproximação do professor com o aluno e sua realidade por meio de situações problematizadoras.

ESCOLAS MULTISERIADAS

1. As classes multisseriadas constituem-se na modalidade predominante de oferta do primeiro segmento do ensino fundamental no meio rural do Estado do Pará e da Região Amazônica. (...) elas se encontram ausentes dos debates e das reflexões sobre educação rural no país e nem mesmo "existem" no conjunto de estatísticas que compõem o censo escolar oficial.
2. A multisseriação segue a mesma lógica da seriação quanto à organização dos conteúdos por série, o planejamento, etc. uma de suas diferenças se dá na prática do trabalho docente que ao invés de desenvolver o ensino e a aprendizagem para alunos de única turma ele faz com várias turmas no mesmo espaço.
3. As escolas multisseriadas em suas referências nos dão suporte para emitir afirmação de que esse diferencial está demarcado pelo eixo da temporalidade e da espacialidade. Reúnem estudantes de várias séries e níveis em uma mesma turma, com apenas um professor responsável pela condução do trabalho pedagógico, sendo, portanto, unidocentes e diferenciadas da grande maioria das escolas urbanas, onde os estudantes são enturmados por série e cada turma possui o seu próprio professor.

4. As escolas multisseriadas se constituem geralmente na única alternativa para os sujeitos estudarem nas comunidades rurais em que vivem, encontrando-se expostos a um conjunto de situações que não favorecem o sucesso e a continuidade dos estudos, evidenciando, inclusive, o descumprimento da legislação vigente, que estabelece parâmetros de qualidade a serem alcançados na Educação Básica nas escolas do campo.

GÊNESE DAS REFLEXÕES

1. Com foco do contexto do campo nos aspectos social, cultural, econômico e político, desmistificando, desvelando e tentando desconstruir a ideia de que o sujeito do campo e quilombola é “ignorante” e que o campo é um local de “atraso”, “do povo do sítio”. Nossa aposta é que, com a concepção aqui assumida, o processo educacional passe a ter a dinamicidade de fazer valer a voz dos sujeitos do campo e quilombolas, de marcar presença nos processos de produção e gestão local; e de incluir essas especificidades no currículo das escolas do campo e quilombola.

HABITANTES DA REGIÃO

1. Encontramos na Região Amazônica: povos indígenas, caboclos, quilombolas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, povos da floresta, sem-terra, assentados, pequenos agricultores, imigrantes e colonos, oriundos, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país, entre outras.

HETEROGENEIDADE AMAZÔNICA

1. É a característica que se expressa de forma bastante significativa no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam, heterogeneidade essa, que deve ser valorizada e incorporada nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região.

2. A heterogeneidade sociocultural amazônica está representada por povos indígenas, caboclos, quilombolas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, povos da floresta, sem-terra, assentados, pequenos agricultores, imigrantes e colonos, oriundos, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país, entre outras; A população indígena da Amazônia é estimada em 226 mil habitantes, sendo que ainda há cinquenta grupos de índios que não foram contatados; e em toda a Amazônia o número de idiomas chega a 250, enquanto que no trecho brasileiro da mata, sobrevivem 140 línguas.

IDENTIDADE CULTURAL

1. É muito complexa, pois aos saberes, valores e modos de vida dos povos da Região Amazônica, principalmente os indígenas, inicialmente predominantes na região, foram sendo impostos outros padrões de referências advindos de seus colonizadores e povoadores, entre os quais destacam-se: portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses e norte-americanos, as populações africanas que vieram como escravos, as populações asiáticas e japonesas, os judeus e sírio-libaneses, e os imigrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras.

POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. A implementação de política para a Educação do Campo tem sido desastrosa para as populações menos favorecidas, principalmente quando focalizamos a realidade do campo, e nos deparamos com os indicadores educacionais que revelam o nível precário de qualidade de ensino da população no país, na Região Norte e no Estado do Pará, conforme expressam os resultados da pesquisa sobre a realidade das escolas multisseriadas no Estado do Pará, realizada pelo GEPERUAZ e finalizada em 2004, que oportuniza a visualização de um quadro muito preocupante configurador da realidade da educação no meio rural desse estado, é o que passaremos a explicitar a partir esse momento;

2. Comprometida em face do precário atendimento no que tange aos espaços adequados, infraestrutura de apoio logístico, materiais e livros didáticos, formação de professores e conhecimentos curriculares reorientados pouco sintonizados com a lógica ambiental, cultural e produtiva amazônica. O esforço no sentido de concretizar nossas intencionalidades nos remete à necessidade de refletir sobre a Amazônia e uma de suas características fundamentais, a “heterogeneidade”; a realidade das escolas multisseriadas, e como essa política se materializa na escola do campo;

MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. Esse movimento assumiu o papel efetivo de impedir a reedição das tradicionais políticas assistencialistas e compensatórias, que mantêm a precarização das escolas rurais e reforçam o atraso e o abandono da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e da pesca, ao reivindicar que as experiências político-pedagógicas acumuladas nesse processo de luta e mobilização, de tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de campo, de educação e de lógica de formulação das políticas públicas sejam reconhecidas e legitimadas pelo sistema público em suas várias esferas.

MOVIMENTO NEGRO

1. Nesse cenário, também vem reivindicando políticas públicas para a população afro-brasileira que valorizem a história e a cultura do povo negro. Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996 foi alterada, por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas no currículo oficial da educação básica e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS:

1. Há certo tempo, vêm sendo orientadas pela relação custo-benefício, por conta da perspectiva neoliberal. Os gestores públicos hoje são desafiados a apresentar cada vez mais resultados com cada vez menos financiamento. Isto é uma mágica difícil de se materializar. Como você pode atender mais, oferecer melhor qualidade, contemplar a diversidade, em um país em histórica situação de negação de direito, se o orçamento e o investimento cada vez diminuem mais? O resultado tem sido a aplicação de políticas educacionais que caminham no contraponto das demandas que os movimentos sociais do campo e da cidade, dos educadores, das universidades colocam como referência para a educação.

PROGRAMA PROJOVEM CAMPO

1. Saberes da Terra, que integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens (Pro Jovem), é uma das ações mencionadas. Ele foi instituído pela Medida Provisória nº 411, de 2007 e tem por objetivo promover a reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, tornando-se uma estratégia político-pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino, estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, como possibilidades de vida, trabalho e constituição dos sujeitos cidadãos do campo (BRASIL, 2008).
2. É ofertado em forma de alternância, uma das principais estratégias na oferta dos diferentes níveis de ensino aos sujeitos do campo, ao fundamentar-se no reconhecimento de diferentes tempos e espaços formativos, com contribuições específicas no processo pedagógico, que oportunizam aos trabalhadores rurais a continuidade de seus processos de escolarização, sem ter que deixar de viver--morar-trabalhar nas comunidades rurais.

PRONACAMPO

1. O projeto PRONACAMPO objetiva oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação de uma política nacional de Educação do Campo, capaz de atender às escolas do campo e quilombolas, a partir de quatro eixos de ação: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação profissional e tecnológica e infraestrutura.

PROPOSTAS EDUCATIVAS

1. A elaboração de propostas educativas na Amazônia tem trilhado um caminho inverso ao que está sendo indicado nos estudos e pesquisas sobre a Educação do Campo pelo Grupo GEPERUAZ – ICED/UFGA, onde as orientações e recomendações que subjazem as reformas educacionais vigentes têm seus fundamentos na pauta de mecanismos multilaterais de financiamento, que privilegiam perspectivas mercadológicas e desenvolvimentistas globalizantes, desconsiderando ou em outros casos denegrindo a importância e a eficácia dos saberes e experiências oriundas das práticas sociais locais presentes na sociedade contemporânea.

QUOCIENTE INTELECTUAL – QI

1. O *Quociente Intelectual - QI* no século passado ficou famoso por analisar a capacidade de resolver problemas dominando o raciocínio, hoje conhecido como inteligência lógico matemática. Esse termo foi utilizado para mensurar o nível de inteligência de um grupo de pessoas dividindo a idade cronológica (IC) e idade mental (IM), multiplicando o resultado por 100 eliminando a parte decimal do resultado.
2. Nos estudos e pesquisas relacionadas à Educação do campo afirma-se que a intenção original do teste de QI era prever quem desempenharia pobremente na escola, de modo que pudesse receber reforço escolar. Esta afirmação implica que o processo de Educação seria suficientemente entendido para fornecer ajuda extra necessária se alguém pontuasse baixo num teste de QI. Isto traz duas questões-chave sobre a relação entre inteligência e desempenho acadêmico. A primeira é “*Se inteligência causa desempenho acadêmico, o quão modificável este é?*”. Logo, é difícil de

acreditar que inteligência não esteja relacionada ao desempenho acadêmico. A segunda questão é “*Se desempenho acadêmico causa inteligência, em qual extensão isso ocorre?*”. Novamente, é difícil acreditar que não haja qualquer relação entre a Educação de uma pessoa e seu escore de QI. Naturalmente, uma terceira possibilidade é que haja efeitos recíprocos entre inteligência e educação.

TERRITÓRIO

1. enquanto base física que importa para uma teoria crítica de sociedade, mas a diferença, por exemplo, entre o uso do território pelo agronegócio e o seu uso pela agricultura familiar. Em outras palavras, o que é relevante, na realidade, é a análise do território enquanto uma construção dos diversos usos e intenções dos grupos, movimentos e classes sociais. Esse processo, no entanto, é dialético, pois a sociedade produz o território assim como o território é uma dimensão que influencia na formação de identidades sociais.

TERRITÓRIOS DO CAMPO

1. têm em comum o fato de serem espaços configurados por uma diversidade de populações, que convivem de forma complexa, histórica e dialeticamente, por meio de lutas e negociações, na conquista e na apropriação de seus territórios. Essa diversidade de populações, cada qual com seus modos de vida, contribui para que cada território do campo, em meio aos aspectos gerais produzidos pela totalidade das relações capitalistas,

“TRANSGRESSÃO DO PARADIGMA SERIADO”

1. Pressupõe ouvir os sujeitos do campo e aprender com sua vivência e experiências; oportuniza-los o acesso à informação, ciência, tecnologias, sem hierarquizar os conhecimentos, valores, ritmos de aprendizagem; apostar numa Educação dialógica intermulticultural que afirme as identidades e os modos próprios de vida dos sujeitos do campo, reconhecendo a heterogeneidade, conflitualidade e convivialidade; consolidar a participação, construindo as políticas e propostas educacionais

com os sujeitos e não para eles, estimulando o protagonismo, empoderamento, autonomia, emancipação, controle social e a esfera pública.

“TRÍADE: CAMPO – POLÍTICA PÚBLICA – EDUCAÇÃO”

1. É um conceito em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por tensões e contradições sociais muito fortes. A pesquisadora Caldart (2008) nos esclarece que o campo é mesmo o primeiro termo da tríade, uma vez que sua dinâmica histórica produziu a educação do campo, com suas lutas sociais, com a luta pela terra, pelo trabalho, de sujeitos humanos e sociais concretos; campo das contradições de classe, efetivamente. A educação do campo nasceu como mobilização/ pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas, combinando as lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

5.3 GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO (GEPTE)

O Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Trabalho e Educação - GEPTE, do Instituto de Ciências da Educação da UFPA, iniciou suas atividades no ano de 2001 e tem se ocupado de pesquisas e discussões relativas à área de trabalho e educação, tendo sido mais presente no Grupo o desenvolvimento de ações de pesquisa focadas no ensino médio, na educação profissional, nas políticas educacionais brasileiras de formação de trabalhadores, juventudes e sobre saberes de trabalhadores, mas outros temas da área de trabalho e educação também são tratados. O GEPTE reúne pesquisadores e estudantes de pós-graduação e de graduação de diferentes unidades da UFPA e de outras instituições, mas prevalece o vínculo de seus integrantes com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação mantém núcleos na Universidade Federal do Pará, campus de Belém e de Cametá, na UEPA e no IFPA. A integração no Grupo dá-se por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisas ou planos de trabalho que tenham a área de trabalho e educação como eixo constitutivo de sua

problemática. Cabe aos pesquisadores o desenvolvimento de projetos de pesquisas aos quais fiquem vinculados os estudantes de graduação e de pós-graduação. Além das ações de pesquisa o GEPTTE tem implementado diferentes projetos de ensino e de extensão, mas sempre vinculados às suas temáticas prioritárias.

PRODUÇÕES CONSULTADAS³:

5.3.1 TERMOS UTILIZADOS: CONCEITUAÇÕES

CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO

1. Como instrumento capaz de libertar o homem do jugo do capital expropriador que o capitalismo criou, onde o trabalho passa a ser visto como instrumento de dominação e não humanização entre os homens. No entanto, é por meio do trabalho que o humano constrói sua existência humana, modificando “[...] a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano.

CONHECIMENTOS TÁCITOS DO TRABALHADOR

1. São àqueles que são frutos do exercício do trabalho, produzido no trabalho e para o trabalho.

CURRÍCULO

1. Constitui-se em uma arena política de ideologia, poder e cultura. Consiste em um campo ideológico por transmitir e produzir uma visão de mundo

³ I - A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. (2012); Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 251-255, jan./abr. 2013; II - Gestão e Organização do trabalho pedagógico no Ensino Integrado. (2012); http://www.anpae.org.br/iberoamericano_IV/GT4/GT4_Comunicacao/RonaldoMarcosdeLimaAraujo_GT4_integral.pdf; III - A Pesquisa em Trabalho e Educação nas regiões Norte e Nordeste. (2015); Trabalho Necessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 13, Nº 20/2015; IV - Prática pedagógicas e ensino integrado. (2015). Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

vinculado aos interesses dos grupos sociais, por meio das práticas educativas.

2. É um espaço de expressão das relações sociais de poder, visto que se constitui e, ao mesmo tempo, resulta da relação entre as classes sociais; é uma área de conflitos de cultura de classes, em que se transmite a cultura oficial e se produz a cultura contestada;

CURRÍCULO INTEGRADO

1. Constitui-se como uma arena política de ideologia, poder e cultura. Consiste em um campo ideológico por produzir e transmitir uma visão de mundo vinculado aos interesses dos grupos sociais, por meio das práticas educativas. É um espaço de expressão das relações sociais de poder, visto que se constitui e, ao mesmo tempo, resulta da relação entre as classes sociais; é uma área de conflitos de cultura de classes, em que se transmite a cultura oficial e se produz a cultura contestada.
2. O currículo integrado pressupõe, na perspectiva aqui trabalhada, a íntima articulação e contextualização dos conteúdos formativos com a realidade social e com os projetos políticos dos trabalhadores e de suas organizações sociais; Interdisciplinaridade.
3. A Interdisciplinaridade no currículo integrado é compreendida como o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas, acima de tudo, como o princípio da diversidade e da criatividade; Teleologia. Elemento que diferencia a práxis marxista da filosofia pragmática que busca vincular os processos formativos com demandas imediatas e pontuais;

DIALETICIDADE DO MUNDO

1. Não é a escolha pelas técnicas de ensino que garante essa compreensão da dialeticidade do mundo. Mais importantes são os compromissos que assumimos e que nos permitem fazer escolhas e, dentro dos limites objetivos colocados pela realidade das escolas brasileiras, ressignificar procedimentos tendo em vista os objetivos de emancipação social e de promoção da autonomia dos sujeitos.

DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1. Tem sido muito presente a visão dicotômica que pode ser entendida, por exemplo, na separação e distinção entre profissionalização e escolarização (visão dissociativa) ou como a “soma” da profissionalização com a escolarização. Essa visão dicotômica também se revela na separação entre as disciplinas teóricas e as disciplinas práticas, entre os saberes que desenvolveriam o pensar e outros que desenvolveriam as capacidades de fazer. Outra perspectiva, fundada na ideia de unidade, pressupõe a indissolubilidade entre teoria e prática.
2. A didática na Educação Profissional também fundada na ideia da perspectiva de unidade, pressupõe a indissolubilidade entre teoria e prática. A perspectiva integradora deve pressupor:
 - O compromisso com a formação ampla e duradoura dos homens, em suas amplas capacidades.
 - A ideia de práxis como referência às ações formativas, articuladas à formação profissional.
 - A teoria sendo sempre revigorada pela prática educativa.
 - A prática educacional sendo o ponto de partida e de chegada.
 - A ação docente se revelando na prática concreta e na realidade social.

EDUCAÇÃO NO CAMPO

1. É uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando

também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas;

2. É destinada às populações rurais nas diversas produções de vida já citadas, assim como serve também como denominação da educação para comunidades quilombolas, em assentamento ou indígena;
3. Na educação no campo, é preciso considerar a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1. É uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.
2. A Educação Profissional vem dialogar com a forma de compreender o ensino integrado, que exige a crítica às perspectivas reducionistas de ensino, que se comprometem em desenvolver algumas atividades humanas em detrimento de outras e que, em geral, reservam aos estudantes de origem trabalhadora o desenvolvimento de capacidades cognitivas básicas e instrumentais em detrimento do desenvolvimento de sua força criativa e de sua autonomia intelectual e política;

ENSINO INTEGRADO

1. É um projeto de ensino-aprendizagem da Educação Profissional que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente.

2. Sob a ótica da unidade de ensino integrado, a distinção entre teoria e prática se dá no seio de uma unidade indissolúvel que pressupõe uma relação de autonomia e dependência de um termo em relação ao outro.
3. Na visão de unidade, a teoria nega a prática imediata para revelá-la como práxis social, a prática nega a teoria como um saber autônomo, como puro movimento de ideias e a teoria e prática são tidos como dois elementos indissolúveis da “práxis”, definida como atividade teórico-prática. Seria essa perspectiva de unidade da relação entre teoria e prática que orientaria os projetos
4. É uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais. Essa forma de compreender o ensino integrado exige a crítica às perspectivas reducionistas de ensino, que se comprometem em desenvolver algumas atividades humanas em detrimento de outras instrumentais em detrimento do desenvolvimento da força criativa e da autonomia intelectual e política dos sujeitos de nossa sociedade.

ENSINO MÉDIO INOVADOR

1. O programa Ensino Médio Inovador – EMI foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. A edição atual do Programa está alinhada às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e à reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória 746/2016 e é regulamentada pela Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016.

2. O objetivo do EMI é apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual. O tempo escolar maior do Ensino Médio Inovador é resultante de uma construção histórica, é organizativo, ele é institucional e traz as marcas da cultura. Dito de outra maneira, o tempo escolar é marcado por fatos históricos da nossa sociedade, já passou por diversas configurações, que se diferenciam na organização institucional das redes de ensino e na sua efetivação por meio das práticas pedagógicas.

3. No caso do Ensino Médio regular, pode-se exemplificar o tempo sequencial e ordenado, organizado por disciplinas, num período determinado de horas/diárias; mas que dependerão de como serão utilizadas para a formação dos jovens estudantes. De acordo com Cavaliere (2007) a ampliação da carga-horária que vem sendo proposta pelas políticas públicas para o ensino médio, pode apresentar diferentes justificativas: adequação às novas demandas das famílias; uma maneira de obter melhores resultados educacionais; a concepção de educação que compreende o papel da escola na vida e na formação dos sujeitos. A última justificativa parece acreditar na escola, em sua possibilidade de proporcionar uma formação humana, capaz de fornecer os elementos e as ferramentas necessárias para a emancipação dos sujeitos.

FORMAÇÃO HUMANA

1. É uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

2. A *formação humana* nesta concepção da educação profissional é a forma de compreender o ensino integrado como forma crítica às perspectivas reducionistas de ensino, que se comprometem em desenvolver algumas atividades humanas em detrimento de outras e que, em geral, reservam aos estudantes de origem trabalhadora o desenvolvimento de capacidades cognitivas básicas e instrumentais em detrimento do desenvolvimento de sua força criativa e de sua autonomia intelectual e política;

FRAGMENTAÇÃO DO SABER

1. É o principal problema a ser enfrentado na organização dos conteúdos formativos em direção ao ensino integrado, pois isto dificulta a formação de uma compreensão ampla da realidade. Isso não significa, entretanto, que a organização disciplinar esteja inviabilizada.
2. Se a fragmentação do saber tem sido associada aos currículos disciplinares, o fim das disciplinas não assegura, por si, a formação integrada (saberes teóricos X saberes práticos, saberes tradicionais X saberes científicos, teoria X prática).

INSTITUIÇÕES ESCOLARES PROFISSIONAIS

1. Ao analisarmos a história da educação profissional no Brasil, pode-se perceber que até o século XIX não existia propostas sistemáticas de experiências de ensino, uma vez que prevalecia a educação propedêutica voltada para as elites e sua formação como dirigentes. Data de 1809 a criação, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, do Colégio das Fábricas, que pode ser considerado como o início da educação profissional no Brasil. (Parecer nº 16/99-CEB/CNE)
2. Evidenciar os aspectos organizacionais que definem o quadro educacional numa dada escola e identificar o modo diverso como os sujeitos dessa unidade escolar colocam em ação o programa institucional definido para ela. Nessa perspectiva, finaliza o texto com desafios que se colocam ao

estudo historiográfico de modo geral e no campo do estudo de instituições escolares de educação profissional.

3. As instituições escolares profissionais podem ajudar a enfrentar problemáticas que atravessam o debate sobre o ensino profissional, quais sejam: dimensão pluridimensional que requer o tratamento das relações da escola com seu entorno, consigo mesmo e com o poder central e lidar com a memória individual e coletiva para construir a memória institucional para além da enumeração de fatos de modo descritivo;

KARL MARX

1. Karl Marx (1818-1883) filósofo, economista liberal, revolucionário alemão e um dos fundadores do socialismo científico. A obra de Marx influenciou a Sociologia, a Economia, a História, citado inúmeras vezes como aportes teórico-prático pelos grupos em foco.
2. Marx critica o capitalismo, expõe a história do movimento operário e termina com o apelo pela união dos operários no mundo todo. Em 1867, ele publica sua obra mais importante, O Capital, onde sintetiza suas críticas à economia capitalista, causando nas décadas seguintes uma revolução na maneira de pensar a economia, a sociologia e demais ciências sociais e humanas até os dias de hoje.
3. O marxismo no mundo contemporâneo é marcado por um estranho paradoxo. A influência do pensamento de Karl Marx sobre a realidade social atual parece mais forte do que nunca. Nunca se consagrou tantos colóquios, congressos acadêmicos, livros, artigos de revistas e jornais como se tem visto publicações na atualidade;
4. O marxismo sendo a unidade de dois movimentos, um teórico, outro prático, é, portanto, em relação a esses dois aspectos que é necessário se esforçar em precisar sua atualidade. Por um lado, possui um aspecto rigorosamente científico, respeitando todas as leis inerentes a esse tipo de pesquisa.

5. Marx sempre foi um sábio que desprezou aqueles que escondiam ou falsificavam os fatos ou resultados de investigação, sob qualquer pretexto. Ele perseguiu esta atividade científica, nomeadamente por que ele estava convencido que só a verdade era revolucionária, que nenhuma luta proletária não atingiria seu objetivo – a construção de uma sociedade sem classes à escala mundial – se ela não fosse constantemente esclarecida pelos resultados de uma análise rigorosa da realidade e da sua evolução.

PEDAGOGIA ATIVA

1. É hoje polissêmico o conceito de *pedagogia ativa*, pois já que ele ajuda a caracterizar tanto projetos que visam à transformação quanto projetos que visam à conformação social. A pedagogia *deweyana*, de cunho liberal, também se caracterizava como uma pedagogia ativa. Ela, afinal, surgiu da recusa dos educadores à pedagogia tradicional, que operava contando com a passividade dos alunos e, em certa medida, também dos docentes.

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

1. Assumiu centralidade, nas formulações educacionais oficiais na década de 1990, inspirada na Filosofia Pragmática, tinha na utilidade prática o critério para a definição e a organização dos conteúdos formativos.
2. Assim, os desenhos curriculares organizados com base nesse critério recorriam aos saberes, habilidades e atitudes apenas na medida da possibilidade de promoverem alguma capacidade específica requerida pelo mercado. Aquilo que não se revelasse imediatamente útil não deveria ser incorporado nos currículos.
3. O objetivo da Pedagogia das Competência é a formação de indivíduos em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social.

PEDAGOGIA DO TRABALHO

1. É o conjunto de orientações teórico-práticas capaz de orientá-lo a construir suas próprias estratégias de ensino.

PEDAGOGIAS LIBERAIS

1. Em geral, não ofereceram possibilidades reais de desenvolverem capacidades amplas e ilimitadas dos trabalhadores, que lhes permitam compreender a totalidade social.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ÁREA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO

1. Duas perspectivas sociológicas as fundamentam, quais sejam: mercadológica e social e, sendo assim, os textos debatem questões específicas de estudo assumindo que a realidade social é tomada pelo que resulta das relações de produção presentes em nossa sociedade e pelos posicionamentos político-ideológicos de projeto societário que expressam.
2. Essas Políticas Educacionais na área do trabalho e educação contribuem para melhor caracterização das investigações e estudos dentro da área de Trabalho e Educação, compreendendo políticas educacionais que fomentam práticas formativas emancipatórias e as que permitem a conformação de trabalhadores aos interesses do mercado e Educação;

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS

1. A prática pedagógica integrada sistematiza indicações teóricas e práticas com o propósito de favorecer aos educadores de ensino médio e técnico, em particular, subsídios que permitam a construção de arranjos pedagógicos promotores da compreensão da Dialética entre as especificidades dos diferentes fenômenos físicos e sociais tratados em sala de aula com a totalidade natural e social. Abordar questões práticas relativas ao processo didático de experimentação do ensino integrado, à luz de referências identificadas com a chamada pedagogia socialista, e propor

indicações orientadoras para o trabalho pedagógico de professores e técnicos educacionais, principalmente;

PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR – PROEMI

1. O Programa Ensino Médio Inovador é uma ação do Ministério da Educação para a elaboração do redesenho curricular nas escolas de Ensino Médio e contribui para disseminar a cultura para o desenvolvimento de um currículo mais dinâmico e flexível, que contemple os conhecimentos das diferentes áreas numa perspectiva interdisciplinar e articulada à realidade dos estudantes, suas necessidades, expectativas e projetos de vida. Neste sentido, esta ação tem relação direta com a estratégia 3.1 da meta 3 do PNE, que propõe a renovação curricular do ensino médio por meio da organização flexível e diversificada dos currículos

SISTEMA POR COMPLEXOS TEMÁTICOS

1. Assim como a Pedagogia da Alternância e a Pedagogia de Projetos, é mais uma estratégia de ensino, apesar de exigirem procedimentos didáticos específicos. A rigor são posicionamentos metodológicos que requerem e permitem o uso de diferentes procedimentos de ensino e de aprendizagem e de organização de conteúdos formativos;
2. O Programa apresenta várias finalidades, dentre elas: a ampliação da carga horária, o incentivo a práticas pedagógicas diferenciadas, a indução de mudanças curriculares e o enfrentamento da reprovação e do abandono escolar. Para isso, destina-se apoio técnico e financeiro aos seus participantes, por meio da adesão ao Programa.
3. O Sistema por Complexo Temático desde a sua criação, foram publicadas três versões de seu Documento Orientador (Brasil, MEC/SEB, 2009a; 2011; 2013), que apresentam diversos subsídios e 2 orientações voltadas à implantação, implementação, acompanhamento e avaliação do Programa;

4. O PROEMI busca auxiliar o processo de mudanças curriculares nas escolas. Ressalta-se que as versões do Documento Orientador do ProEMI-2009, 2011, 2013, trazem algumas marcas diferenciadas que direcionam a condução da política. Com base nas suas finalidades e propostas, problematiza-se: em que medida o ProEMI, a partir das suas intenções e orientações (expressas nas suas três versões do Documento Orientador), pode trazer subsídios para melhorar a organização curricular das escolas; contribuir com a qualidade da educação e conseqüentemente, para o enfrentamento do abandono e da reprovação escolar no Ensino Médio? Esse é o grande questionamento.

TELEOLOGIA DO PROJETO DE ENSINO INTEGRADO

1. É o princípio que distingue a práxis marxista da filosofia pragmática que busca vincular os processos formativos com demandas imediatas e pontuais. O compromisso com a transformação social.

TRABALHO

1. O fundamento da vida humana, é a atividade de mediação entre o homem e a natureza e resulta como produto do trabalho humano não apenas os objetos e serviços úteis, mas também o Estado, as cidades e as nações. Compreende-se assim o trabalho enquanto atividade consciente e social por meio da qual o homem regula e transforma a natureza em bens necessários à sua sobrevivência e, como resultado deste metabolismo, o homem acaba por construir a si próprio e a estrutura social com seu arcabouço jurídico-político.

TRABALHO X EDUCAÇÃO

1. Os eixos norteadores do Ensino Integrado estão na premissa de diálogo: Trabalho x Educação. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o

contraditório avanço das forças produtivas; a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas, é transformação da ciência em força produtiva, e, em função de seu caráter social e histórico, portanto, jamais neutro, incorpora os antagonismos sociais em seu processo de produção e redistribuição; a cultura, que corresponde às expressões materiais e simbólicas e aos valores éticos e estéticos que orientam os comportamentos e as normas de conduta de uma sociedade (Brasil, 2013: p.16);

5.4 GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESTADO E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - GESTAMAZON

O Grupo GESTAMAZON é constituído por professores da UFPA e outras Universidades do Pará; alunos de Doutorado e de Mestrado em Educação, bolsistas de iniciação científica e voluntários, O GESTAMAZON visa pesquisar as diferentes dimensões do Estado capitalista, e seus reflexos na educação. Analisando as relações entre Estado e a Sociedade, destacando as políticas institucionais do poder estatal no âmbito da educação na Amazônia. Tem como principal meta contribuir com o ensino de Graduação e pós-graduação. Trabalhando o conteúdo programático das disciplinas: Sociedade, Estado e Educação, Sociologia da Educação e Política Educacional (Graduação), e Política Educacional na Amazônia (Pós-graduação). Além de orientar monografias na graduação e pós-graduação. Incentivando temáticas dentro das linhas de pesquisa Estado e Educação na Amazônia e Interiorização do Ensino Superior na Amazônia. Propondo-se também a apresentar seminários.

PRODUÇÕES SELECIONADAS⁴

⁴ A Política Educacional no Cotidiano Escolar: um estudo meso-analítico da organização escolar em Belém-PA. (2000). <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0518t.PDF>; II – Os Desafios da Gestão Educacional nas prisões do Estado do Pará: desafios e possibilidades. (2016). Fermentario N. 10, Vol. 1 (2016) ISSN 1688 6151; III - A Democratização da Gestão Educacional: o desafio da institucionalização de dinâmicas democráticas na Secretaria de Estado de Educação do Pará. (2011). <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0427.pdf>; IV - A Implementação do Programa Escola Ativa no Estado do Pará: um estudo dos processos instituídos a partir de 2008 na Educação do Campo paraense. (2012). <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/lzeteMagnoCorrea-ComunicacaoOral-int.pdf>

5.4.1 TERMOS UTILIZADOS PELO GRUPO: CONCEITUAÇÕES

AÇÕES PEDAGÓGICAS

1. São processos intencionais, deliberados, que têm por objetivo promover, em contextos culturais definidos e de modo sistematizado, relações significativas na aprendizagem.
2. São intenções e processos de articulação de projetos e práticas pedagógicas em escolas e em outros espaços educativos. Refere-se à ação de profissionais da educação que possuam saberes específicos para promover a articulação dos sujeitos da prática pedagógica, em geral exigindo um diálogo entre os conhecimentos do campo da educação e aqueles que tem origem nos campos científicos que são objeto do ensino e da aprendizagem.
3. Na *ação pedagógica*, busca-se realizar a função da escola de forma eficaz. O que dará direcionamento à ação pedagógica é a contribuição no desafio de ir além de uma ação imediatista e pontual, buscando uma ação intencional, coletiva e participativa junto a todos os envolvidos no cotidiano escolar.
4. É relevante a ideia de Libâneo (2013) para atender neste sentido a essa finalidade da ação pedagógica, quando discute o tema da organização e gestão da escola, dando ênfase ao planejamento como um ato processual que quer reflexão e ação, diante da análise da realidade e suas condições concretas de propor alternativas para a resolução das dificuldades.

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL:

1. Através da Lei 12.433, de 11/07/2011, quando o estudo passa a ser considerado um instrumento de remição de pena, em que aquele que cumpre pena em regime fechado ou semi-aberto pode remir, reduzir, parte do tempo

de execução da pena, de acordo com os dispositivos e orientações contidas no corpo da Lei. Uma segunda alteração aconteceu quando da promulgação da Lei 13.163, de 09 de setembro de 2015, para instituir o ensino médio nas penitenciárias, o que foi mais um avanço importante, provocado no âmbito de justiça. Amplia-se, portanto, o leque de possibilidades que os encarcerados têm para estudar e prosseguir suas formações, mesmo que em condições de restrição/privação de liberdade. O que também fica adicionada a perspectiva de redução de sua pena.

AUTONOMIA

1. Autonomia para gerir seus recursos, regular suas especificidades acadêmico-científicas tendo sempre presente a integração entre as unidades, comportando, dessa forma, uma profunda relação com o contexto urbano e regional de cada comunidade em que está inserida de modo a buscar seu desenvolvimento social, econômico, cultural.
2. Autonomia político-administrativa é o poder das entidades de fazer as suas próprias leis e administrar os seus próprios negócios, sob qualquer aspecto, consoante as normas e princípios institucionais de sua existência e dessa administração.

BUROCRACIA ESCOLAR

1. Em sociologia das organizações, *burocracia* é uma organização ou estrutura organizativa caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações impessoais.
2. O pedagógico vai para o espaço. Assim é a escola hoje: a maior parte do trabalho do diretor escolar está ligada a funções burocráticas nas escolas; os professores devem registrar suas atividades diária, semanal, bimestral/semestral e ou anualmente, conforme o caso exigir.

3. Na burocracia escolar: Tudo envolve planejamento, registros, papéis: o livro de chamada, as fichas avaliativas, os formulários para comunicações com coordenadores, com o conselho de classe, elaboração de projetos pedagógicos, etc. A escola se ocupa com a burocracia e não tem tempo para se ocupar com a qualidade da educação.

CONSELHO ESCOLAR

1. É o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade externa.
2. A partir da criação de *Conselhos Escolares ou equivalentes* está no Plano Nacional de Educação (2014-2024), na meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
3. Aos conselhos escolares cabe deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.

CURRÍCULO ESCOLAR

1. Falar de currículo é falar de uma seleção cultural de conhecimentos, saberes e práticas de ensino-aprendizagem que, produzidos em contextos históricos determinados, precisam ser ensinados pela escola a fim de

garantir aos educandos o direito aos conhecimentos, produzidos socialmente, aos quais não teriam acesso por outras vias (SILVA, 2010).

2. Segundo Young (2007), o currículo encerra o conhecimento poderoso, que é aquele que dota o aluno da capacidade de compreender o mundo de forma mais plena; já a pedagogia inclui, entre outros aspectos, a didática. Na visão do autor, não cabe, no documento curricular, informar como o professor deve ensinar, pois esse aspecto refere-se ao âmbito do conhecimento profissional do docente. Ainda que não haja essa divisão na prática, ela precisa estar clara para quem elabora o currículo escolar.
3. Galian (2011) adota a concepção de currículo em processo, que evoca o trabalho de Sacristán (2006), em que o currículo é um processo muito complexo, que envolve múltiplas dimensões e só pode ser compreendido quando se observa a articulação entre elas. Na visão de Sacristán (2006), o documento curricular é apenas uma dessas dimensões, uma “carta de intenções” que, por sua vez, apresenta escolhas marcadas por relações de poder e que visam à formação de um determinado sujeito.
4. As dimensões do currículo são: 1. Currículo prescrito; 2. Currículo planejado; 3. Currículo organizado; 4. Currículo em ação e 5. Currículo avaliado. Assim, o currículo escolar abrange as experiências de aprendizagens implementadas pelas instituições escolares e que deverão ser vivenciadas pelos estudantes. Nele estão contidos os conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino.

DEMOCRACIA

1. O termo *democracia*, em seu sentido epistemológico, significa “o governo do povo”, ou “governo da maioria” (ROSENFELD, 1984, p. 3). Foi na

Grécia Clássica que teve início o processo democrático, um regime que tinha como essência a soberania 18 que, por sua vez, ultrapassava as barreiras do transcendental para encontrar sua base na autonomia e liberdade humana, um sistema político reconhecidamente auto instituído e que deu origem à filosofia.

2. Em sua verdadeira significação, a *democracia* consiste no fato de que a sociedade não para numa concepção do que é justo, igual ou livre, dada uma vez por todas, mas se institui de tal maneira que as questões da liberdade, da justiça, da equidade e da igualdade possam sempre ser colocadas no quadro do funcionamento “normal” da sociedade. [...] diz respeito à instituição explícita global da sociedade, e às decisões concernentes a seu futuro.
3. Quando nos reportamos ao seu significado mais abrangente: “governo do povo” ou “da maioria”, o termo democracia sempre esteve relacionado à participação do povo na tomada de decisões na vida pública. Embora existissem duplicidades em relação à “participação de todos”, não podemos deixar de considerar que em uma democracia a soberania popular se faz sempre necessária e essa participação, por sua vez, não acontece sem que haja a liberdade e autonomia do povo.

DIMENSÃO PARTICIPATIVA:

1. emerge com força das propostas elencadas, fruto de uma dinâmica governamental, no plano nacional, que criou diferentes mecanismos para construir práticas multifacetadas de democracia. O reforço a essa afirmação vem embutido em outras medidas que se conjugam com a expectativa de atendimento a diversidade em sentido mais geral, atenta as questões de inclusão, acessibilidade, gênero, etnia, credo, idade e outras correlatas, e também para outra proposição que dizia respeito a promoção de encontros regionais e nacionais envolvendo atores relevantes, em especial os diretores de unidades prisionais e do setor de ensino, incentivando o debate, as discussões em torno de sua atuação e vivências, além da “troca de experiências.”

EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. Se fundamenta em outra concepção de campo e busca contribuir com a construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo, onde o espaço rural de fato significa um bom lugar para se viver e trabalhar, assim como de educação, entendida enquanto direito humano e reconhecida enquanto política pública na legislação educacional vigente, uma condição necessária para que a universalidade do direito à educação se exerça, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

1. A educação integral no Brasil é uma pauta antiga. Essa abordagem pedagógica, que pensa a educação para além do conceito acadêmico, visualizando principalmente o pleno desenvolvimento dos educandos como ativos seres sociais em uma democracia;
2. Segundo Moll (2012), A Educação Integral surgiu com as premissas do Movimento Escola Nova em 1932, para a autora aquilo que é construído pela humanidade não pode ser levado como natural, portanto as desigualdades e o afastamento de grande parte da população de seu papel como agentes democráticos é algo a ser desnaturalizado, pois são imposições da nossa configuração política, social e, principalmente, de formação. Se, como afirmou Anísio Teixeira, “a cara da escola é a cara da pátria”, então o Brasil precisa de uma escola que acolha seus estudantes em todos os âmbitos, ela diz, promovendo não só o aprendizado das matérias no formato didático, como também o exercício de outras áreas do desenvolvimento humano, como as artes, os esportes, a comunicação, a cidadania, a saúde, etc.
3. É uma educação que pensa a formação de maneira integral e prepara o indivíduo para exercer essa mesma participação depois, quando em contato com as esferas social e política. Não se trata apenas de ampliar o

tempo e repetir os mesmos métodos, explica, “isso é fazer mais do mesmo”. Tampouco de criar atividades em contratuais, ou seja, desenvolver exercícios à parte das aulas. É realmente pensar e aplicar uma reestruturação que rompa com o esquema engessado de períodos de 40 e tantos minutos em que o professor entra na sala, passa a matéria, sai, aplica uma prova final e pronto. Não deveriam ser os alunos a se adaptarem a um sistema inflexível de avaliação, pois a diversidade se encontra no lado humano. A estrutura de aprendizagem, portanto, é que precisaria estar pronta para receber uma grande variedade de educandos e suas particularidades.

4. Moll (2012) explica que é preciso induzir, através de investimentos do governo e de planejamento conjunto, a ampliação da jornada escolar e a organização curricular – o que é sempre difícil, pois vai de encontro ao que ela chama de “cultura do encurtamento do tempo escolar” no Brasil. Além disso, é preciso que a população remodele os modos de enxergar a formação, dividindo a tarefa entre os profissionais da educação, os familiares e os demais agentes sociais, e mantendo, ainda assim, os esforços sob a coordenação da escola e dos professores, pois aquele espaço deve ser um propulsor para que os alunos conquistem novos territórios físicos e virtuais na sociedade pela Educação Integral.

EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS:

1. Posição mais específica em meio a um conjunto expressivo de manifestações vindas de instigações internacionais até as variadas frentes nacionais dos diversos movimentos de direitos humanos, instituições eclesiais, de educadores que atuavam nos estabelecimentos penais e dos órgãos de justiça. As ações levadas a efeito no espectro educativo eram, na grande maioria dos casos frágeis, com iniciativas isoladas e sem sinergias institucionais, necessitando de um marco legal para seu respaldo legal e certificação oficial; retirar da invisibilidade o trabalho de profissionais

da educação que atuavam nos presídios, muitas vezes com compromisso e boa vontade;

2. Exigir dos diferentes órgãos da área da educação uma atenção mais detida, institucionalizada; e fazer com efetividade a validação dos esforços por parte de pessoas que mesmo em situação de restrição/privação de liberdade, percebiam nos processos educativos formais possibilidades de superação de suas complexas situações. O significado mais importante é a garantia do direito social à educação, sua materialização objetiva e concreta.

ELEIÇÕES DIRETA

1. É o tipo de eleição em que os candidatos são escolhidos diretamente pelo povo, através do voto popular, não por um colegiado ou assembleia.
2. No contexto escolar, é a partir da década de 80 que começa a história do processo de escolha de diretores, pois é nesse período que surgem reivindicações para a redemocratização política do país. A partir daí surge, em vários estados, a eleição direta para diretores.
3. Um dos principais motivos para a implantação das eleições de diretores foi a possibilidade de o sistema eletivo acabar com as práticas tradicionalistas calcadas no clientelismo. A partir daí houve uma considerável redução, nos sistemas que adotaram a eleição de dirigentes, da sistemática influência dos agentes políticos (vereadores, deputados, etc.) na nomeação do diretor.
4. A eleição direta para gestores das escolas públicas do país é um dos princípios da Gestão Democrática. Na Gestão Democrática o dirigente da escola só pode ser escolhido depois da elaboração de seu Projeto Político-Pedagógico. A comunidade que o eleger votará naquele que, na sua avaliação, melhor pode contribuir para implementação do PPP. Todavia existem outras formas de escolha de diretor, que fazem parte da maioria das escolas públicas do Brasil.

FORMAÇÃO INTEGRAL

1. A formação integral do aluno engloba todos os esforços que a escola promove para que sejam trabalhados os aspectos sociais, psicológicos, pedagógicos e afetivos.
2. Para esta formação integral do indivíduo é necessária uma educação integral que venha a envolver e articular diversos outros indivíduos, tempos e espaços. Afinal, somos todos sujeitos completos, totais, com as mais diversas características, necessidades e possibilidades de aprendizagem ao longo da vida.
3. A formação integral dos alunos, desde a Educação Infantil, é de extrema importância para o desenvolvimento da criança e, posteriormente, do adolescente, pois trabalha as relações humanas de forma mais ampla, indo além dos aspectos da racionalidade ou cognição, dando relevância às artes em geral, ao desenvolvimento de dimensões afetivas, aos valores e ao bem-estar do indivíduo.
4. O trabalho de formação integral do aluno conta, também, com a participação ativa dos pais para promover o desenvolvimento da consciência de valores éticos e morais, a partir de uma perspectiva sobre as situações do cotidiano, permitindo que o estudante reconheça seus direitos e deveres dentro da sociedade na qual está inserido.
5. Compreende-se, então, que a formação integral parte de uma Educação Integral: A educação é por definição integral na medida em que deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano e se dá como processo ao longo de toda a vida. Assim, educação integral não é uma modalidade de educação, mas sua própria definição.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

1. A *gestão democrática* pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os aspectos da organização da escola.
2. Refere-se ao exercício de administrar, gerenciar sistemas, órgãos, instituições, entidades, políticas, programas, projetos que se caracteriza por incorporar processos que permitem aos gestores, responsáveis e beneficiários dos resultados participarem, sob forma de representação e/ou diretamente, da tomada de decisão formulando, executando e controlando socialmente as propostas colocadas em prática. É um meio para melhorar o desempenho dos/as gestores/ as e permite o estabelecimento de parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil.
3. O caráter democrático da gestão da educação é democrático e inalienável de processos emancipatórios humanos, inerentes à educação como bem público e direito subjetivo. A autonomia em construção, resultante de práticas educativas emancipatórias, exige autonomia na gestão dos seus processos e instituições.

GESTÃO ESCOLAR

1. A concepção de gestão escolar apresenta diversas lacunas conceituais. Entre outros aspectos, esta lacuna refere-se ao fato que, nas escolas, as relações entre docentes e alunos, assim como de todos os envolvidos dentro desse contexto devem convergir para atingir um propósito pedagógico: a educação.
2. Na *Gestão Escolar*, a diferença está na riqueza proporcionada pela escola, o “se fazer humano na ação pedagógica” (WELLEN; WELLEN 2010).
3. A gestão escolar é tema recorrente do debate político educacional. Durante a ditadura militar, com as estruturas administrativas centralizadas e burocratizadas, os diretores das escolas obedeciam às regras impostas,

nesse momento as reivindicações dos educadores tratavam de obter a autonomia escolar, sendo esta vinculada à necessidade de alternativas curriculares e didáticas no combate à evasão e repetência que ocorria (KRAWCZYK, 1999).

INCLUSÃO SOCIAL

1. Inclusão social; é o conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.
2. Inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.
3. Sasaki (1997), acredita que a *inclusão social* é a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, essas também se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

JUVENTUDE PROTAGONIZADORA

1. Refere-se a juventude como “o período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero”. (UNESCO, 2004, p.23).
2. *Juventude Protagonizadora* fala sobre o poder simbólico que a categoria juventude carrega e que a condição do ser jovem não se resume

exclusivamente ao fato da idade, ou por questão biológica, mas haveria um importantíssimo aspecto cultural como definidor, também, dessa condição.

3. A natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica.
4. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais.

LDBEN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Nº 9.394/96)

1. A agenda da gestão democrática da escola e está determinado no Art. 12 da nossa atual, nos remete ao coração das responsabilidades da escola e a sua essência, diz respeito à elaboração e a execução de sua proposta pedagógica, devendo sua gestão orientar-se para tal finalidade, pois é aqui que se registra a sua própria razão de ser – promover o ensino e a aprendizagem dos sujeitos. Isto porque, a proposta pedagógica (ou o seu currículo) é o norte da escola, definindo caminhos e rumos que uma comunidade busca para si, materializando na forma de um documento, o projeto de cidadão que se enseja formar no conjunto as ações escolares efetivadas;
2. LDB. LDBEN. Também é conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem a este importante educador e político brasileiro, que foi um dos principais formuladores desta lei. A LDB é composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior. Principais características da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: 1. Estabelece que todo cidadão brasileiro

tem o direito ao acesso gratuito ao Ensino Fundamental (9 anos de estudo); 2. Aponta para que este direito seja, gradativamente, levado também ao Ensino Médio; 3. Determina a função do Governo Federal, Estados e Municípios no tocante a gestão da área de educação; 4. Estabelece as obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc.); 5. Determina a carga horária mínima para cada nível de ensino; 6. Apresenta as diretrizes curriculares básicas; 7. Aponta funções e obrigações dos profissionais da educação (professores, diretores, etc.).

NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

1. A elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio se faz necessária, também, em virtude das novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho, e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens, sujeitos dessa etapa educacional.
2. Essas novas Diretrizes, obviamente, devem considerar a Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo, como um direito social inalienável do cidadão, em termos de direito do trabalhador ao conhecimento. A Constituição Federal, em seu art. 6º, ao elencar os direitos sociais do cidadão brasileiro, relaciona os direitos à educação e ao trabalho.
3. O art. 227 da Constituição Federal destaca o direito à profissionalização entre os direitos fundamentais a serem assegurados com absoluta prioridade pela família, pela sociedade e pelo Estado. O art. 205 da Carta Magna define 207 que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

ORGANIZAÇÃO HIERÁRQUICA/BUROCRÁTICA

1. Organização hierárquica/burocrática; é uma organização ou estrutura organizativa caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações impessoais.
2. As escolas que operam nesse modelo dão forte peso à estrutura organizacional, à definição rigorosa de cargos e funções, à hierarquia de funções, às normas e regulamentos, à direção centralizada e ao planejamento com pouca participação das pessoas.
3. O modelo de organização escolar citado acima é o mais comum encontrado na nossa realidade educacional brasileira. Mas a concepção sócio crítica é bem diferente da concepção científico-racional, nela toda organização escolar age como um só corpo, considerando ações, intenções e sugestões de todo o grupo.
4. A organização escolar não é uma coisa objetiva, um espaço neutro a ser observado, mas algo construído pela comunidade educativa, envolvendo os professores, os alunos, os pais. Vigoram formas democráticas de gestão e de tomada de decisão.
5. Tanto a gestão como o processo de tomada de decisões se dão coletivamente, possibilitando aos membros do grupo a discussão pública de projetos e ações e o exercício de práticas colaborativas. (LIBÂNEO, 2004)
6. Ainda para Libâneo (2004), no processo de organização e gestão existem duas concepções bastante diferenciadas em relação às finalidades sociais e políticas da educação: a concepção científico-racional e a concepção socio crítica. Na concepção científico-racional existe uma visão mais burocrática e tecnicista da escola que é tomada como uma realidade objetiva e neutra, que deve funcionar racionalmente, e por isso pode ser planejada, organizada e controlada de modo a alcançar melhores índices de eficácia e eficiência.

7. As escolas que operam nesse modelo dão forte peso à estrutura organizacional, à definição rigorosa de cargos e funções, à hierarquia de funções, às normas e regulamentos, à direção centralizada e ao planejamento com pouca participação das pessoas.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO/PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:

1. É entendida por grandes extratos da sociedade, senão a maioria esmagadora, como “privilégio”, e esses indivíduos devem perder todos os seus direitos e devem ser castigados, punidos e esquecidos nos porões fétidos das penitenciárias. No entanto, é preciso tomar rumos novos e procurar, com mais acuidade, perceber o espectro mais específico dessa fração social, momentaneamente, interdita de seu direito de ir e vir, que não está suprimida de outros direitos que são essenciais para a afirmação de sua dignidade humana, a ser resgatada e fortalecida.

POLÍTICAS PROCLAMADAS

1. As Políticas Proclamadas dependem não apenas da estrutura oficial, mas sobretudo, do jogo de diferentes sistemas de sentidos, com toda a incerteza que resulta da negociação entre todos os sujeitos da Escola e das lutas entre os vários interesses, valores e princípios existentes. É política porque faz interagir os sistemas de ação das organizações com os meios institucionais, entendidos como arenas de relações de poder em que este se encontra desigualmente distribuído. É política também, pelo relevo dado aos processos de interpretações, como fenômenos fundamentalmente relacionais, inconstantes, dependentes da ação dos sujeitos sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

1. É o nome dado a uma série de medidas planejadas e implementadas por um governo no campo da educação, intervindo nos processos formativos e informativos desenvolvidos em sociedade.
2. A Política Pública Educacional, conforme Vieira (2008), evidencia o setor da Ciência Política, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais. Já as políticas educacionais são múltiplas, diversas, alternativas. Caracterizam-se pelas ideias e ações no âmbito do Poder Público.
3. Fazem parte do conjunto de políticas públicas sociais, expressão da ação (ou não-ação) social do Estado e que têm como principal referente a máquina governamental no movimento de regulação do setor de educação.
4. Elas expressam os referenciais normativos subjacentes às políticas e que podem se materializar nas distintas filosofias de ação. Neste processo interagem distintos atores sociais e as ações são explicitadas através de programas.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO – PME

1. Criado pela Portaria Interministerial 17/2007, que impulsiona a realização da política de educação integral e busca essa ampliação com a construção da oferta da concepção de educação integral. O programa amplia o tempo diário dos alunos nas escolas públicas brasileiras, renovando a oferta de educação pública;
2. O programa PME amplia o tempo diário dos alunos nas escolas públicas brasileiras, renovando a oferta de educação pública, pois o objetivo da escola pública é ofertar aprendizagem de qualidade, garantir que o aluno tenha acesso a conceitos e pressupostos fundamentais, invertendo a lógica da dominação, oriunda da sociedade capitalista, que domina a aquisição de conhecimentos, cultura e novas competências e habilidades; O público-alvo do PME na escola é uma pequena parcela de alunos: apenas os considerados em situação de risco e, além disso, que possuam problemas de aprendizagem e defasagem de idade. Verificamos que o programa não

é visto como um direito de todos os alunos da escola, fortalecendo o processo excludente.

REGIME DE COLABORAÇÃO

1. É uma expressão institucional do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade brasileira pela educação, tendo como finalidade precípua a garantia de um padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais em todo o País, em parceria de toda a sociedade civil organizada com os Estados, Municípios e a União.
2. O regime de colaboração refere-se à forma cooperativa, colaborativa e não competitiva de gestão estabelecida entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), visando ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional de forma geral, e na educação de forma particular.
3. Ainda visa enfrentar os desafios educacionais de todas as etapas e modalidades da educação nacional bem como regular o ensino privado. Para tanto, baseia-se em regulamentação que estabelece atribuições específicas de cada ente federado, em que responsabilidades e custos sejam devidamente compartilhados e pautados por uma política referenciada na unidade nacional. Desse modo, a constituição de um sistema federativo requer o necessário estabelecimento de uma relação de interdependência entre os entes federados que permita, ao mesmo tempo, a efetivação da repartição de responsabilidades e a garantia da integralidade do Estado nacional.

TERRITORIALIDADE ESPACIAL E CULTURAL

1. As escolas passam assim, a constituir-se onde se exprime o jogo dos atores educativos internos e externos; por isso a sua análise torna-se significativa ao conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a

ação educativa às perspectivas técnicas de gestão ou de eficácia, como as abordagens burocrático-rationais, tradicionalmente tem tratado a escola;

UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO

1. Ideia contida no Plano Nacional de Educação (PNE) de 1999 e cuja origem é o documento chamado “Declaração Mundial sobre Educação Para Todos” assinado por vários países durante a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia. A declaração trata das definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, as metas a serem atingidas relativamente à educação básica e os compromissos dos governos com o ensino. A universalização do ensino constitui-se, ao lado da erradicação do analfabetismo, uma das principais metas do PNE durante dez anos, e cuja base é um compromisso constitucional.

VULNERABILIDADE SOCIAL

1. Este é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. O que fortalece a existência da pobreza e as desigualdades sociais.
2. É considerada nova, complexa, importante para se avaliar as políticas públicas sociais e para se criar condições de uma boa qualidade de vida. Uma equação entre a exposição ao risco e a capacidade de agir da população

X DA QUESTÃO – AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

1. As avaliações em larga escala oferecem um panorama da educação ofertada pelas redes de ensino. Porém o X da questão é que elas são instrumentos importantes para a formulação de políticas educacionais que

possam melhorar a qualidade do que se ensina e o que se aprende nas salas de aula.

2. Ainda com X da questão no contexto político-educacional, o Brasil tem avaliações que medem os níveis de aprendizagem de estudantes em diferentes etapas da escolarização, seja no ensino fundamental, no ensino médio ou no ensino superior. Neste programa, nossas convidadas falam sobre os papéis dessas avaliações e debatem as principais mudanças que poderão ocorrer com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, que irá apoiar os sistemas de ensino na construção dos seus currículos.

YIN YANG NA EDUCAÇÃO

1. A complexidade da educação como tecido de acontecimentos, entrelaçamentos, a qual tem como propósito a religação dos saberes disjuntos pelo modelo hegemônico da racionalidade moderna. Seguindo essas pistas e dialogando com Edgar Morin, para quem o pensamento complexo perpassa por alguns princípios: dialógico, recursivo e monogramático, destacamos as contribuições desse estudioso inclassificável no debate desse pensamento e sua influência para a educação.
2. A transdisciplinariedade a proposta da prática do pensamento complexo. Na Filosofia oriental (desde a Antiguidade), a relação dialógica do pensamento chinês é a base desse pensamento. Ela pode ser considerada complementar e também antagônica, fato observado entre yin e yang e “[...] segundo Lao Tse, a união dos contrários caracteriza a realidade [...] No século XVI, Fang Yizhi formula um verdadeiro princípio de complexidade” (MORIN, 2006, p. 2).
3. Segundo a filosofia chinesa o *yin yang* é a representação do positivo e do negativo, sendo o princípio da dualidade, onde o positivo não vive sem o negativo e vice e versa. O criador desse conceito foi I Ching, ele

descobriu que as formas de energias existentes possuem dois polos e identificou-o como Yin e Yang.

Z - GERAÇÃO Z

1. É a geração daqueles que nasceram entre 1992 e 2010, ou seja, após o surgimento da internet, e que desde pequenos já são familiarizados com todas as possibilidades da era tecnológica.
2. É a geração que compreende o funcionamento das ferramentas melhor do que qualquer outra. Os integrantes dessa geração Z nunca viram o mundo sem a presença de computadores, tablets e celulares, e desde muito pequenos já se viram muito bem com esses dispositivos, aprendendo com muita facilidade seu manuseio. Por isso, quando o assunto é tecnologia digital, estão sempre um passo à frente dos mais velhos.
3. Para a Geração Z, faz-se necessário ressaltar que os professores devem fazer uma avaliação sistemática sobre o uso da tecnologia, pois ela deve ser uma aliada na sala de aula, e não uma adversária no processo de aprendizagem. Assim, como tivemos: 1. A Geração X - que inclui as pessoas que nasceram do início de 1960 até o início dos anos 1980. Foi uma geração marcada pelo questionamento, que foi transgressora e defendeu seus próprios direitos; 2. A Geração Y, que nasceu entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990, com o desenvolvimento da tecnologia, essa geração viu a internet ganhar o mundo e viveu muitas transições que essa inovação provocou.

5.5 GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS OBSERVATÓRIO DE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA – OBSERVE

O Grupo Observe é constituído por professores da UFPA e outras Universidades do Pará e do Rio de Janeiro; alunos de Doutorado e de Mestrado em Educação, bolsistas de iniciação científica e voluntários, perfazendo um total de 12 pessoas. Atua com foco na Administração e gestão, planejamento, controle social, educação e desenvolvimento afinados com os processos democráticos para a

organização do trabalho. Atualmente, desenvolve a Pesquisa e Programas de melhoria da educação básica e profissional no Pará via parcerias público-privadas que teve início neste ano de 2014, somente com o Município de Belém-PA.

O Grupo é constituído por professores da UFPA e outras Universidades do Pará e do Rio de Janeiro; alunos de Doutorado e de Mestrado em Educação, bolsistas de iniciação científica e voluntários, perfazendo um total de 13 pessoas. Atua com foco na Administração e gestão, planejamento, controle social, educação e desenvolvimento afinados com os processos democráticos para a organização do trabalho, além de possuir articulação com a Rede mundial de educação.

PRODUÇÕES SELECIONADAS⁵

5.5.1 TERMOS UTILIZADOS PELO GRUPO: CONCEITUAÇÕES

AMIGOS DA ESCOLA

1. Amigos da Escola é um projeto criado pela Rede Globo (TV Globo e emissoras afiliadas) com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da educação e da escola pública de educação básica. O projeto estimula o envolvimento de todos (profissionais da educação, alunos, familiares e comunidade) nesse esforço e a participação de voluntários e entidades no desenvolvimento de ações educacionais – complementares, e nunca em substituição, às atividades curriculares/educação formal – e de cidadania, em benefício dos alunos, da própria escola, de seus profissionais e da comunidade.
2. O projeto é implementado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conselho Nacional dos Secretários de

⁵ I – Políticas Educacionais Públicas no contexto da democratização da gestão escolar – Santos (2003); www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/438.pdf; II - A Gestão das políticas públicas educacionais brasileiras a partir das reformas dos anos de 1990. (2008). Travessias (unioeste. online), v. único, p. 1-12, 2008; III. A Educação no Contexto da Globalização Neoliberal. (2014). 1ed.Campinas: Alínea, 2014, v. 1, p. 41-59; IV. O gerencialismo na Educação: a premiação da educação escolar paraense. (2014). Políticas educativas e gestão educacional. 1ed.Campinas: Alínea, 2014, v. único, p. 129-149.

Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), além de instituições e empresas comprometidas com a educação de qualidade para todos conforme o Pacto Todos Pela Educação, criado em 06 de setembro de 2006 tendo como marco histórico: a carta Compromisso Todos Pela Educação.

AUTONOMIA

1. Em Filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade de indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas. Neste caso, a autonomia indica uma realidade que é dirigida por uma lei própria, que apesar de ser diferente das outras, não é incompatível com elas.
2. Autonomia, segundo Kant (1724-1804) é a capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante, tal como uma paixão ou uma inclinação afetiva incoercível.
3. Capacidade de governar-se pelos próprios meios.

AUTONOMIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

1. É o poder das entidades de fazer as suas próprias leis e administrar os seus próprios negócios, sob qualquer aspecto, consoante as normas e princípios institucionais de sua existência e dessa administração.

CANAIS DE PARTICIPAÇÃO DENTRO DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS PÚBLICAS

1. Participação da comunidade escolar ainda é reduzida, em função de um conjunto de problemas, principalmente a extensa carga horária e em função dos baixos salários recebidos, que os obrigam a trabalhar em várias escolas e/ou se envolverem em consultorias e assessorias variadas.

COLEGIADOS MULTIPARTITES

1. As funções do Colegiado Escolar são exercidas nos limites da legislação em vigor, das diretrizes da política traçadas pelas Secretarias de Educação, a partir do compromisso com a universalização das oportunidades de acesso e permanência na escola pública de todos os que a ela têm direito.
2. Quando a tomada de decisão de Colegiado Multipartes na escola, em que se faz necessário a efetivação de vários mecanismos de participação, tais como: Associação de Pais e Mestres, Caixa Escolar e Conselhos Escolares (CE), como Organizações Sociais (OS) estabelecendo uma nova relação entre Estado e Sociedade
3. Colegiados Multipartites quanto à oferta dos serviços sociais, especialmente, numa espécie de parceria, onde o Estado assume o compromisso de financiar os serviços e as OS o executam, tudo em nome da modernização do aparelho estatal, num processo de descentralização financeira e administrativa, na perspectiva de construção de novas maneiras de se partilhar o poder e a decisão nas instituições escolares.

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

1. Decorrentes de resultados de estudos e pesquisas e de acúmulos teóricos, realizados nos últimos anos, tanto no Brasil como em Portugal. De forma articulada à discussão da democratização da gestão escolar, é fundamental recuperarmos, nos textos legais – sobretudo na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e no PNE (2001-2010), o respaldo para a implementação de

processos de gestão nos sistemas de ensino e, particularmente, nas unidades escolares públicas do país.

DESCENTRALIZAÇÃO

1. Estratégia política e administrativa para atender aos interesses do Estado, afinados com as tendências e orientações internacionais, via UNESCO, Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL) e outros. Tal transferência de poder, longe de representar uma conquista dos movimentos organizados da sociedade civil, sobretudo dos professores (já que a luta é antiga em tal direção) significa uma definição necessária para que o Estado possa concretizar uma gestão escolar, dentro dos padrões preconizados nas Reformas dos anos 1990, que não admitem uma gestão centralizada.

DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

1. Refere-se aos serviços de educação ofertados pela escola, a partir de uma descentralização, está também passa a ser a lógica que orienta a oferta dos serviços educacionais (delegação de funções, do MEC – Ministério da Educação às Unidades Executoras - UEx, com recursos públicos) por meio de uma parceria estabelecida entre Estado e Sociedade. Nessa direção, A operacionalização do programa (PDDE) que tem por base o princípio da parceria, envolvendo as três esferas de governo (federal, municipal e estadual) e, sobretudo, a participação ativa da comunidade escolar, por meio de organizações representativas, chamadas Unidades Executoras (UEx) (BRASIL, 2004).

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS

1. Trata-se de uma discussão inicial sobre algumas políticas educativas públicas significativas no contexto da democratização e da gestão escolar, que tem como objetivo analisar e acompanhar as principais mudanças ocorridas neste campo científico nas escolas públicas de Belém e do Pará,

na perspectiva democrática; verificar como a comunidade escolar percebe as mudanças ocorridas, a partir dos novos fóruns de decisão implantados nas escolas; criar indicadores e estabelecer padrões de referência de políticas de gestão escolar e de controle social.

FORMAÇÃO CONTINUADA

1. Expressão muito utilizada no cenário educacional, tem sido atrelada à qualidade da educação e, do mesmo modo, à qualidade de ensino. Essa associação acena para a complexidade desse processo, que requer atenção, planejamento e uma formação constante de profissionais da Educação em todo o país para atender as demandas da própria educação e do ambiente escolar;
2. É o exercício de uma prática pedagógica de qualidade diretamente relacionado à formação de profissionais alicerçados em uma fundamentação teórica consistente, associada à contínua articulação entre a teoria e a prática.
3. Implica na formação do profissional competente que atua refletindo na ação de sua práxis, criando uma nova realidade, experimentando, corrigindo e inventando através do diálogo que estabelece com essa mesma realidade. Neste sentido, percebe-se que a Formação Continuada desencadeia entre os professores uma série de questionamentos para refletir e debater sobre a prática pedagógica exercida em cada escola, nas quais atuam como profissionais que são, responsáveis e comprometidos com a qualidade da educação; levantando dúvidas e possíveis hipóteses de solução das dificuldades encontradas em seu contexto de trabalho diariamente.
4. Por meio da Formação Continuada, os professores, e os gestores da instituição, tornam-se mais capacitados para ponderar/propor sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, estabelecer metas e estratégias com a finalidade de minimizar as dificuldades do cotidiano escolar e do empoderamento ao direito à educação significativa e de

qualidade, bem como ao processo do trabalho docente qualitativo e saudável para sua atuação na comunidade escolar.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

1. Ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns. Neste cenário, a gestão dos sistemas de ensino e da escola implica uma democratização do aprendizado e da vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão.
2. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola para ser instituída a Gestão.
3. Especificamente no referente às reformas propostas e implementadas pelo governo brasileiro, em grande parte, decorrentes de orientações de órgãos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Fundo Monetário Internacional, de comum acordo com as elites dirigentes do Brasil.

GESTÃO DEMOCRÁTICA EDUCAÇÃO

1. Analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas de educação. Isto porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas” (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147).
2. A *gestão democrática*, se entendida como processo político-administrativo contextualizado, nos coloca diante do desafio de compreender tal processo na área educacional a partir dos conceitos de sistemas e gestão escolar.

3. Processos de participação social: na formulação de políticas educacionais, na determinação de objetivos e fins da educação, no planejamento, nas tomadas de decisão, na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimento, na execução das deliberações e nos momentos de avaliação.
4. A gestão democrática está posta na Constituição Federal (1988), no Artigo 206, inciso VI: gestão democrática do ensino público.
5. Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), no artigo 14 – princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
6. E está no Plano Nacional de Educação (2014-2024), na meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
7. A gestão democrática deve garantir e mobilizar a presença dos diferentes atores e se materializa nas práticas. Essas, orientadas por filosofia, valores, princípios, e ideias consistentes, presentes na mente e no coração das pessoas, determinando o seu modo de ser e de fazer. (LUCK, 2013).

NÍVEL ESTRATÉGICO-GERENCIAL DO SISTEMA EDUCACIONAL

1. São os Estados e Municípios que efetivamente atuam nesse nível. Pois acompanham, avaliam, coordenam e integram o planejamento e os resultados alcançados pela escola.

ORIENTAÇÕES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

1. Avindas das condicionalidades dos acordos estabelecidos com os organismos internacionais de financiamento (FMI, Banco Mundial, BID), a partir do final dos anos 80 sinalizam, no discurso, para a construção de um espaço educativo mais democrático, por meio de medidas democráticas propostas, principalmente para as instituições educativas públicas, incorporadas à Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

PARCERIAS COM A COMUNIDADE

1. O papel da escola mudou, não se centraliza mais em si mesma. Abre-se cada vez mais ao diálogo e abandona conceitos cristalizados, trazendo a comunidade para seu interior;
2. Quanto mais se aproxima dos pais, da comunidade, quanto mais mantém com eles uma parceria, mais alcança a identidade cultural da escola, os aspectos sociológicos que a cercam e uma aprendizagem real, efetiva e significativa.
3. A escola é uma das instituições sociais que tem um grande poder de transformação. É através dela que tanto o homem quanto a sociedade (comunidade) podem ser modificados por meio da interação entre eles. Mas para que isto aconteça é preciso que haja uma aproximação da escola com a comunidade e “o primeiro passo para a interação positiva entre escola e a comunidade é, sem dúvida, o conhecimento da própria comunidade por parte da escola”.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO

1. Entendemos como uma relação de troca, em que os parceiros assumem responsabilidades e se beneficiam, mesmo veladamente, como acontece com certas empresas que atuam em nome da responsabilidade social, para melhorar suas imagens associadas a ações, que gerem dividendos políticos, sociais e financeiros, utilizando-se das parcerias como estratégias mercadológicas.

2. Trata-se de uma proposta em que governo estadual, municípios, sociedade civil e empresariado se juntam para propiciar um futuro melhor para as novas gerações no campo educacional; como ocorreu no Estado do Pará em relação ao Pacto Pela Educação do Pará; foi uma iniciativa do Governo do Estado do Pará, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Pacto conta com a Secretaria de Estado de Educação do Pará, além de outras entidades, tais como: o Instituto Synergos, o Instituto Natura, a Fundação Itaú Social, o Instituto Unibanco, a Fundação Telefônica, o Itaú BBA, Tora Brasil, a Fundação Vale e outros.
3. Dialogando com o discurso nacional em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Natura, o Itaú, o BBA, a Samsung e a Fundação Telefônica Vivo, o TPE desenvolve o projeto Métodos Inovadores de Ensino para a garantia de uma Educação de qualidade por meio da identificação e da construção de instrumentos que permitam a todos: 1) diagnosticar as possibilidades de adoção de tecnologias na Educação – escolas e redes de ensino; 2) avaliar a pertinência das soluções disponíveis; 3) avaliar os resultados alcançados com a adoção das tecnologias selecionadas. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006).

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE LOCAL

1. Participação social local surge para o desenvolvimento comunitário da escola e da cidade; ela tem por fim superar tanto no plano teórico quanto prático das ações da escola, o modelo predominante de intervenção em prol da participação social comunitária é baseado no diálogo e na consciência crítica dos atores sociais.
2. Participação em que os pressupostos teóricos e metodológicos desta participação da sociedade local na e para a educação seja premissas no valor da participação social para transformação social, em benefício da realidade escolar e na avaliação da educação mediante a implementação

parcial das ações a curto e médio prazo conforme o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

PDE – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA

1. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança.
2. É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.
3. O PDE-Escola constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com um foco no futuro.

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

1. Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar.
2. O PDDE também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar.
3. Conforme Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, os repasses dos recursos dar-se-ão em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e o da segunda parcela até 30 de setembro de cada exercício às EEx, UEx e EM que cumprirem as

exigências de atualização cadastral até a data de efetivação dos pagamentos.

4. A partir de 1998, os recursos do PDDE são descentralizados para as escolas por meio de seus respectivos Conselhos Escolares, então transformados em Unidades Executoras. Mas esse processo foi precedido pelas reuniões e cursos de formação já antes existentes por conta das discussões que já se desenrolavam desde 1991 com a aprovação da Lei nº 06/91, que regulamentava a criação de Conselhos Escolares em todo o Estado. (SANTOS, 2003).

POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

1. São defendidas enquanto possibilidades de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – gestor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, pessoal de apoio, auxiliares de serviços – no efetivo trabalho e apoio da comunidade às escolas, com participação ativa dos sujeitos do processo de desenvolvimento do trabalho escolar, incorporadas nas escolas públicas;
2. As Políticas de Democratização da Gestão envolvem: políticas públicas, políticas públicas sociais, processos macro, intermediário e micros das políticas, e processos de tomada de decisão.

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Segundo vários estudiosos e pesquisadores, não existe ainda consenso na literatura sobre o conceito ou definição de Políticas Públicas, por este ser ainda um campo recente da ciência política. Em geral, entende-se Políticas Públicas como instrumentos ou conjunto de ação dos Governos, uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema, uma demanda

da população ou um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, sociais, econômicos.

2. Para Santos (2005), além de serem tímidas, parecem concebidas a partir de fundamentos neoliberais, que centram seu foco na competitividade, na equidade e nos resultados mensuráveis economicamente, na relação custo-benefício. Não têm dado conta de diminuir as desigualdades sociais e regionais, ao lado de encontrarem-se focalizadas em determinados segmentos ou setores.
3. Uma política pública pode ser elaborada pelo Estado ou por instituições privadas, desde que se refiram a “coisa pública”, por isso, as políticas públicas vão além das políticas governamentais, se considerarmos que o governo não é a única instituição a promover políticas públicas e, nesse caso, o que define uma política pública é o “problema público” e as “demandas da população”, assim como as demandas das políticas sociais, como a educação brasileira.

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

1. São o conjunto de medidas e instituições que tem por objetivo o bem-estar e os serviços sociais”. Porém, apesar do Estado desempenhar um papel fundamental na formulação e efetivação das políticas sociais não significa que estas envolvam exclusivamente o âmbito público.
2. Precisam deixar de ser compensatórias para se transformarem em antecipatórias, a partir de um planejamento coletivo consciente, competente e consequente e que o Estado possa recuperar os nexos entre o público e os direitos de cidadania, os benefícios sociais em sintonia com as necessidades e exigências do processo de desenvolvimento social e econômico.
3. As políticas públicas sociais enquanto estiverem relacionadas ao sistema capitalista neoliberal estarão sempre impondo um domínio, onde o ajuste

estrutural que desmonta o precário Estado Social é feito em nome da globalização, um processo apresentado como inexorável e irresistível, contra o qual nada é possível fazer, a não ser se adaptar, mesmo que às custas de exponencial desemprego, privatizações selvagens, crise cambial, aumento da taxa de juros e destruição dos direitos do trabalhador. (LEHR, 2009).

PROCESSOS MACRO, INTERMEDIÁRIO E MICROS DAS POLÍTICAS

1. A abordagem do “ciclo de políticas”, que adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe (1997), pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos e se faz necessário destacar, explicitamente, as inter-relações entre os diferentes níveis e contextos do processo político (macro, intermediário e micro) ao examinar como esses contextos estão continuamente inter-relacionados no campo educacional;
2. O emprego do ciclo de políticas (macro, intermediária ou micro) exige que o pesquisador examine fatores macro e micro e as interações entre eles. Ao passo que o contexto de influência envolve a análise de influências globais/internacionais, nacionais e locais e a articulação entre elas, o contexto da prática exige a análise de como a política é reinterpretada pelos profissionais que atuam no nível micro e ainda a análise das relações de poder, resistências etc. Tanto no contexto macro quanto no micro, as relações de poder são particularmente significativas para se entender a política ou o programa.

PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

1. Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de tomada de decisão. Nesta direção, o caráter democrático do PPP

permite a tomada de decisão que vão desde a sala de aula até a instância administrativa da escola.

2. É necessária para uma gestão democrática e compartilhada com todos os atores envolvidos no processo, considerando-se as especificidades regionais, sem esquecer-se do universal, mas que o ponto de partida seja o local, para que as regiões menos adiantadas possam ser destacadas como símbolo atrativo de uma realidade diferente e até muitas vezes exuberante e/ou exótica e as desigualdades continuem a se elevar.

PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL NAS ESCOLAS

1. Um método moderno de gestão - pode ser de extrema utilidade para a melhoria da qualidade educacional. Pode-se afirmar que num dado momento histórico e sempre possível definir, dentro de um determinado contexto social, a quantidade e a qualidade mínimas de educação que a sociedade julga como aceitável. Essa quantidade e qualidade mínimas, no caso da educação, um bem público, são definidas, em muitos casos, sem uma participação efetiva dos usuários, quer porque sejam relativamente incapazes de assim procederem, quer porque a definição desses mínimos procede de mecanismos alternativos de expressão social.
2. A Qualidade Total da Educação significa conceber que a GQT consiste num conjunto estrategicamente organizado de princípios e métodos, que visa a mobilização e a cooperação de todos os membros de uma unidade de produção, com o intuito de melhorar a qualidade de seus produtos e serviços, de suas atividades e de seus objetivos, para obter a satisfação dos clientes e um acréscimo de bem-estar para os seus membros, de acordo com as exigências da sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

1. Como política social, que se inscreve a partir de um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam, as pressões e as demandas sociais, a

prospecção de demandas e de conquistas sociais e expressam a correlação de forças presentes na sociedade.

2. Deve consistir em uma política pública que conceba uma educação como direito universal básico e como um bem social público, sendo, pois, a condição para a emancipação dos sujeitos. Postulando-se e implementando-se de fato na realidade paraense capaz de superar: a descontinuidade; o assistencialismo; o experimentalismo; a competitividade; o clientelismo e a mercantilização do ensino público.

PÚBLICO-PRIVADO

1. A relação *público-privado* na agenda do debate educacional está pautada por um lado, nas mudanças introduzidas nas estratégias de modernização do capitalismo brasileiro, orientadas para um modelo de desenvolvimento aberto ao mercado internacional, essas mudanças mantiveram, em geral, amplos segmentos da população excluídos dos benefícios do desenvolvimento e levaram ao aumento da concentração de renda e riqueza.
2. Por outro lado, o *público-privado* está no processo de redemocratização da sociedade brasileira, marco da elaboração da nova Constituição e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), que propiciaram a retomada dos debates em torno da liberdade de ensino e de sua laicidade, e sobre o financiamento e o papel do Estado na educação.
3. A partir dos anos de 1980, a relação entre o público e o privado no que tange à educação foi alterada, no quadro mais geral da reforma do Estado e da reestruturação das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação popular, saúde, equidade e justiça social. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 79, pp. 401-416, set. /dez, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20.12.2018.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. **O Público e Privado**, Fortaleza, ano 3, n. 5, jan-jun/2005.

DAMASCENO, A.; SANTOS, É. O novo PNE, a Amazônia e o desafio da educação como direito humano. In. **Quanto custa universalizar o direito à educação?** Brasília: INESC, 2011.

GEMAQUE, R. **A Proposta de Criação do Fundeb e Sua Relação com os Estudos sobre os Impactos do Fundef na Educação do Estado do Pará**. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v1i1.12939>. Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação. GEFIN/ICED/UFPA, 2007. Publicado pelo Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e pela linha de pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/12939>>

GEMAQUE, R.; GUTIERREZ, D. V.; MENDES, D. C. de B. **Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN): Algumas Reflexões Sobre Sua Constituição, Processos e Desafios**. Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação. GEFIN/ICED/UFPA., 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v6i12.32274>. Publicado pelo Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e pela linha de pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jipe/articule/view/32274>>

KRAWCZYK, N. **A gestão escolar: um campo minado...** Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 20, n. 67, Aug. 1999.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol. V, série cadernos de gestão.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 3-4.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAND, D. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, N.C. M. **A Política Educacional No Cotidiano Escolar: um estudo meso-analítico da organização escolar em Belém-PA**. 2009. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0518t.PDF>>

OLIVEIRA, N. C. M. de; SOUZA, O. N. B de; COELHO, M.do S. da C. **A Democratização da Gestão Educacional: o desafio da institucionalização de dinâmicas democráticas na Secretaria de Estado de Educação do Pará**. Universidade Federal do Pará – UFPA. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/politica-educacional-no-cotidiano-esc>>

PARO V. H. Et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Por Dentro da Escola Pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **Eleição de Diretores: a escola pública experimenta a democracia**.

Campinas: Papirus, 1996.

SACRISTÂN, G. Currículo e Diversidade Cultural. In: SILVA, T. T. e MOREIRA, A. F. (orgs.). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, T. F. A. M. dos. **A Gestão das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras a partir das Reformas dos Anos de 1990**. Travessias Ed. 03. Issn1982-5935. Unioeste travessias. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3025/2369>>

_____. **A Educação no desenvolvimento da Amazônia**. Belém: ICED//PPGED/UFPA, 2013.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão In: **Mídia e Deficiência**, Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2003.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, T. T. MOREIRA, A. F. (Orgs). **Territórios Contestados: O Currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. Paris: Conferência Mundial sobre Ensino Superior, 1998.